

ISSN: 1519-8782

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Universidade Veiga de Almeida

Rio de Janeiro, 24 a 28 de agosto de 2015



CADERNOS DO CNLF, VOL. XIX, Nº 04

**DIACRONIA E HISTÓRIA
LINGÜÍSTICA E FILOLÓGICA**



RIO DE JANEIRO, 2015

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

**UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA
RIO DE JANEIRO – RJ**

REITOR

Arlindo Viana

DIRETOR ACADÊMICO

Eduardo Maluf

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Katia Cristina Montenegro Passos

**PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO,
PESQUISA E EXTENSÃO**

Maria Beatriz Balena Duarte

DIRETOR DO CAMPUS TIJUCA

José Luiz Meletti de Oliveira

COORDENADORA DO CURSO DE LETRAS

Flávia Maria Farias da Cunha

COORDENADORA LOCAL DO XIX CNLF

Anne Caroline Moraes Santos

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Boulevard 28 de Setembro, 397/603 – Vila Isabel – 20.551-185 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – <http://www.filologia.org.br>

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETOR

José Mario Botelho

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Regina Céli Alves da Silva

SEGUNDA SECRETÁRIA

Eliana da Cunha Lopes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Anne Caroline de Moraes Santos

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Naira de Almeida Velozo.

DIRETORA CULTURAL

Adriano de Souza Dias

VICE-DIRETOR CULTURAL

Agatha Nascimento dos Santos Dias

DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

José Enildo Elias Bezerra

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Dayhane Alves Escobar Ribeiro Paes

DIRETORA FINANCEIRA

Marilene Meira da Costa

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Maria Lúcia Mexias-Simon

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

de 24 a 28 de agosto de 2015

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
José Mario Botelho
Adriano de Souza Dias
Agatha Nascimento dos Santos Dias*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Anne Caroline de Moraes Santos
Eliana da Cunha Lopes
Maria Lúcia Mexias-Simon
Regina Céli Alves da Silva
Marilene Meira da Costa
Naira de Almeida Velozo*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*Anne Caroline de Moraes Santos
Eliana da Cunha Lopes*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

*Marilene Meira da Costa
José Mario Botelho*

COORDENAÇÃO LOCAL

Anne Caroline de Moraes Santos

SECRETARIA GERAL

Silvia Avelar Silva

APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe a segunda edição do número 04 do volume XIX dos *Cadernos do CNLF*, com 5 (cinco) trabalhos e 110 (cento e dez) páginas, sobre os temas “Diacronia e História Linguística e Filológica”, que foram apresentados no XIX Congresso Nacional de Linguística e Filologia de 24 a 28 de agosto deste ano de 2015.

Na primeira edição, foram publicados apenas os trabalhos dos congressistas Reginaldo Nascimento Neto e Vivian Canella Seixas, correspondentes aos textos recebidos até o final da primeira semana de agosto. Os demais, inclusive os que já recebemos depois dessa data, foram acrescentados nesta segunda edição, seguindo a ordem alfabética dos títulos, que são os de Ana Cláudia Rocha Amaral Figueiredo, Márcia Antonia Guedes Molina, Messias dos Santos Santana, Natalina Sierra Assêncio Costa, Nataniel dos Santos Gomes e Patricia Damasceno Fernandes.

Dando continuidade ao trabalho do ano passado, foram editados, simultaneamente, o livro de *Minicursos e Oficinas*, o livro de *Resumos* e o livro de *Programação* em três suportes, para conforto dos congressistas: em suporte virtual, na página do Congresso; em suporte digital, no *Almanaque CiFEFiL 2015* (DVD) e em suporte impresso, nos três primeiros números do volume XVIII dos *Cadernos do CNLF*.

Todo congressista inscrito nos minicursos e/ou nas oficinas recebeu um exemplar impresso do livro de *Minicursos e Oficinas*, tendo sido possível também adquirir a versão digital, pagando pela segunda, que está no *Almanaque CiFEFiL 2015*.

O *Almanaque CiFEFiL 2015* já trouxe, na primeira edição, mais de 130 textos completos deste XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, junto com o livro de *Minicursos e Oficinas*, o livro de *Resumos* e o livro de *Programação*, para que os congressistas interessados possam levar consigo a edição de seu trabalho, não precisando esperar até o final do ano, além de toda a produção do CiFEFiL nos anos anteriores.

A programação foi publicada em caderno impresso separado, para se tornar mais facilmente consultável durante o evento, assim como o *Livro de Resumos*, sendo que o livro de *Programação* foi distribuído a to-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dos os congressistas, mas o livro de *Resumos* foi distribuído apenas aos congressistas inscritos com apresentação de trabalhos, visto que vários deles precisarão comprovar imediatamente, em suas instituições, que efetivamente participaram do congresso.

Aproveitamos a oportunidade para lhe pedir que nos envie, por e-mail, as críticas e sugestões para que possamos melhorar a qualidade de nossos eventos e de nossas publicações, principalmente naqueles pontos em que alguma coisa lhe parece ter viável melhoria.

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e sua Diretoria lhe desejam uma boa programação durante esta rica semana de convívio acadêmico.

Rio de Janeiro, dezembro de 2015.



SUMÁRIO

0. Apresentação – 05
José Pereira da Silva
1. A origem da escrita alfabética e as inferências 08
Reginaldo Nascimento Neto
2. As consoantes geminadas no *Almanack Corumbaense*: uma reflexão com base na historiografia linguística 19
Patricia Damasceno Fernandes, Nataniel dos Santos Gomes, Natália Sierra Assêncio Costa e Ana Claudia Rocha Amaral Figueiredo
3. Aspectos da morfologia do diminutivo –inho no *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva: contribuição ao estudo histórico do diminutivo em português 29
Messias dos Santos Santana
4. Querelas gramaticais entre Solano e Barbosa: um auxiliar na constituição do saber linguístico brasileiro no século XIX 51
Márcia Antonia Guedes Molina
5. Textos setecentistas e oitocentistas: a estrutura [NãoVNão] em foco 63
Vivian Canella Seixas

A ORIGEM DA ESCRITA ALFABÉTICA E AS INFERÊNCIAS

Reginaldo Nascimento Neto (UFT)

nadyahu@ifma.edu.br

RESUMO

Nesse artigo, apresenta-se um vislumbre das fases do desenvolvimento da escrita e sua atrelada necessidade de inferências para adequada interpretação lógica. Para maior clareza da exposição, optou-se pela inserção de iconografias atuais, cuja associação bem pode exemplificar os métodos adotados pelos antigos na confecção das inscrições mnemônicas nos tabletas e papiros. A partir daí, vinculam-se as recentes descobertas sobre a capacidade do cérebro humano de estabelecer comparações bem como de reconhecer pequenas variações do ajuste dos gabaritos alfabéticos. Em seguida, pela exposição dos achados arqueológicos que comprovam a utilização de escrita alfabética, muitos anos antes do domínio fenício nessa área, questiona-se a ideia convencional de que esse povo tenha sido o inventor dessa técnica gráfica. Traça-se um paralelo entre elementos significantes e seus significados para a produção do termo *Alfabeto*, dessa forma, pretende-se apresentar um breve panorama das fases pictográfica, ideográfica e protossilábica na construção de caracteres significantes que faziam inferir significados adequadamente conforme o imaginário coletivo e contextos sociais das comunidades de falantes em referência.

Palavras-chave: Origem da Escrita. Leitura. Inferências.

1. Introdução

Em maior ou menor grau, desde o início do desenvolvimento da escrita, a necessidade de inferir para que haja significação tem sempre sido inevitável. Enquanto ainda não apto a escrever, o homem primitivo relatava sua cultura e eventos sociais armazenados na memória, por meio da tradição oral, e segundo Diringer (1982, p. 15), possuía dotes excepcionais de memória para aprender e apreender o que fora comunicado.

Dessa forma, o conhecimento era transmitido de pais para filhos e por contadores de histórias no decorrer de sucessivas gerações. Canções, sons, objetos, gestos e desenhos eram usados

como instrumentos mnemônicos para o relato de épicos da tribo, de forma que, antes do surgimento da história escrita, o homem empreendia a própria educação e dos filhos pela recitação de aventuras e tradições mantidas na memória.

No entanto, com o avolumar-se das informações e declínio das capacidades de memorização, os conceitos de exatidão, originalidade e fonte ofuscavam-se ou feneciam em si mesmos. Decorria que, somavam-se ou omitiam-se trechos dos episódios relatados, distanciando-os cada vez mais da versão original. A partir daí, notou-se a necessidade de um instrumento capaz de registrar o conhecimento de forma permanente.

Sendo assim, este artigo pretende mostrar um panorama diacrônico das fases embrionárias da escrita alfabética e as inferências com o propósito de enfatizar que *ab ovo* a leitura evoca capacidades cerebrais de inferências no desenvolvimento da imaginação e inteligência contextual.

2. Revisão bibliográfica

Muitos recursos mnemônicos, como símbolos e marcas, eram empregados na comunicação e mesmo necessitando da “interpretação do mensageiro podem ser considerados um estágio preliminar da escrita”. (DIRINGER, 1982, p. 17)

Jean (1987, p. 12) sustenta que “o processo começou na antiga Mesopotâmia, a região entre os rios Tigre e Eufrates”, pois os primeiros registros encontrados em tabletes de argila em Uruk, datando do quarto milênio a.C. são organizados em colunas, listando objetos feitos de madeira. Outros tabletes, ele afirma, “continham informações sobre a estrutura social dos sumérios”. A escrita cuneiforme se constituía de desenhos pictográficos registrados em tabletes de argila por meio de cunhas (do latim *cuneus*) feitas com varetas de madeira.

Segundo Pinker (1998), o cérebro humano é dotado de peculiaridades aparentemente simples como enxergar, andar, segurar

objetos de diversas formas e consistências, pensar etc., mas que são de fato competências por demais complexas. Segundo ele, “a razão de não haver robôs semelhantes aos humanos decorre de que os problemas de engenharia resolvidos nas operações mencionadas acima são mais complexos que chegar à lua ou mapear o genoma humano”.

Para esclarecer como o cérebro reconhece objetos, imagens, rostos, etc. com o propósito de poder denominá-los, Pinker (1998) defende a ideia do construto neural chamado de *gabarito* ou *molde*. Também afirma que “o cérebro duplica a silhueta de cada objeto e cunha-lhes gabaritos”. Quando uma imagem é projetada na retina, o cérebro procura o gabarito padrão a que ela pertence e ajusta-a ao cognoscível. Porém lembra que esse mecanismo, desprovido de outras competências mentais, oferece diversos problemas, como por exemplo, a identificação equivocada da imagem ou do gabarito.

A demonstração desse problema dá-se quando uma imagem se encaixa no gabarito errado, como por exemplo, a letra *R* e a letra *A*, encaixam-se no gabarito da letra *P*. Para tanto,

O cérebro humano possui a competência de assimilar uma enorme quantidade de pequenas variações por meio de um reconhecedor altamente especializado. Ele mantém um registro detalhado da forma de cada face conhecida, imagem, letra, cena, instrumento etc., e este registro, de alguma forma, é capaz de ajustar-se à imagem projetada pela retina ainda que distorcida, inclinada, disfarçada ou alterada.

Segundo ele,

o mundo que se projeta ante os olhos humanos é um mosaico ou uma colcha de minúsculos retalhos sombreados cuja percepção das bordas e fronteiras multidimensionais, assim como as lacunas e espaços vazios interpostos às imagens exigem operações mentais de alta especificidade.

Usando essa aptidão de estabelecer a relação entre o gráfico e a ideia, intimamente relacionada especialmente com essa fase do desenvolvimento da escrita, chamada aqui de *inferência*, a escrita se tornou possível. A definição clássica de inferência é, segundo Holanda (2001), “deduzir pelo raciocínio”.

Para Fiorin (2006, p. 168) alguns enunciados têm a propriedade de implicar outros. E dá os seguintes exemplos: “Quando se diz João é meu sobrinho, esse enunciado implica sou tio de João; quando se afirma se tivesse chovido, não haveria falta de energia, essa afirmação implica que não choveu e há falta de energia”.

Beaugrande e Dressler (*apud* KOCH & TRAVAGLIA, 1989, p. 70) expressam que inferência “consiste em suprir conceitos e relações razoáveis para preencher lacunas e discontinuidades de um mundo textual”. Haja vista essa necessidade de se estabelecer relações de significado, Peirce (2005, p. 272) manifesta que “tudo aquilo que for totalmente incomparável a alguma outra coisa é totalmente inexplicável porque a explicação consiste em colocar as coisas sob leis gerais ou sob classes naturais”.

Assim, Peirce (2005) acredita que o significado consiste num sistema de representações associativas a ele familiares, quando afirma que: Finalmente, nenhum pensamento presente concreto tem significado algum, valor intelectual algum, pois estes residem não naquilo que é realmente pensado, mas naquilo a que este pensamento pode ser conectado numa representação através de pensamentos subsequentes de forma que o significado de um pensamento é, ao mesmo tempo, algo virtual. (PEIRCE, 2005, p. 272)

Lakoff & Johnson (2002, p. 45) corroboram essa ideia quando sustentam que “não somente a linguagem, mas todo o sistema conceitual do pensamento humano é metafórico, isto é, representativo” e afirmam que “nosso sistema conceitual ordinário, em termos do qual não somente pensamos, mas agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza”. Smith (1989, p. 266) afirma que “vivemos em um mundo que o cérebro cria, em vez de, em algum mundo concreto que existe independentemente de nós.”

Para tanto, a mente humana é um platô fotográfico que, além de capturar e armazenar os milhares de dados do ambiente, constrói também, novas informações que possibilitam as inferências. Um dos mais importantes recursos do cérebro humano é sua capacidade de fazer essas conexões com propósito de gerar cogni-

ção. Não resta dúvida que tal capacidade viabiliza a significação do mundo.

3. Metodologia

Serão analisadas as fases embrionárias da escrita e sua correlação com a capacidade do cérebro de fazer inferências. As fontes são bibliográficas e por meio de exemplos e representações, propõe-se uma articulação das informações históricas quanto ao desenvolvimento da escrita com as descobertas pertinentes ao cérebro humano em decifrar e fazer inferências.

4. Desenvolvimento e análise dos dados

4.1. A fase pictográfica da escrita

Chama-se de *pictográfica* a primeira fase do desenvolvimento da escrita na qual, “cada sinal referia-se a um objeto ou entidade em particular” (JEAN, 1987, p. 14). Por exemplo, duas linhas cruzadas significariam inimizade, enquanto que linhas paralelas infeririam amizade. Um triângulo púbio, representaria uma mulher, e o pictograma cabeça de boi indicaria um boi. Diringer (1982, p. 19) revela que o pictograma era uma impressão estática e “representava os objetos em estado imóvel: o desenho de um animal representaria o animal, e, por exemplo, um círculo poderia representar o sol”.

As figuras representavam as coisas. Um boi representava um boi. Um homem com os braços erguidos representava um homem. Um sol representaria, nessa fase, o sol ou um dia.



Fig. 1 – Um boi



Fig. 2 – Um homem com os braços erguidos



Fig. 3 – Um sol

Não é possível descartar a contribuição egípcia para o desenvolvimento de uma escrita ancestral à alfabética. O Egito é uma nação de cinco mil anos de idade. Sua aparência política projeta-se no mapa como um delta invertido ligado ao rio Nilo. Nos períodos de chuva, o rio Nilo transbordava provocando uma inundação. Após o retorno das águas às margens naturais, a área que estivera inundada se tornava excelente para atividades agrícolas. Crescia ali um vegetal típico da região chamado de papiro – uma planta cujo talo cilíndrico é similar ao da mamona – e descobriu-se que estes talos colhidos e dispostos um ao lado do outro em forma de jangada e sobrepostos por outro feixe de talos em posição transversal, quando esmagados sobre uma pedra plana e secos ao sol, tornavam-se uma superfície sobre a qual se poderia desenhar pictogramas com tinta vegetal ou entomológica.

Com o passar do tempo, os pictogramas eram combinados com o intuito de expressar uma ideia, assim, surgiu a etapa denominada de ideográfica, isto é, uma ave ao lado de um ovo traria a inferência de fertilidade.

4.2. A escrita ideográfica e a inferência

A fase ideográfica da escrita associava símbolos para transmitir ideias. Por exemplo, a cunha de dois pés inserida ao lado de uma casa poderia sugerir a ideia de sair, ir embora etc.

Um triângulo púbio ladeado por três montanhas e uma linha curva arqueando todo o quadro significaria uma escrava, pois representaria uma mulher que veio de um clã distante, isto é, uma estrangeira que, por ser cativa de guerra ou por outro motivo, estaria ali justificadamente apenas pela razão ser uma escrava.

4.3. O princípio da acrofonía e a inferência

Usar um sistema pictográfico ou ideográfico com cerca de dezoito mil pictogramas e mais um incontável número de modificadores, tornava a atividade do escriba bastante prestigiada. Houve uma simplificação nos pictogramas egípcios a um sistema essencialmente silábico. Portanto, na escrita hieroglífica ou sagrada do Egito operou-se um sistema denominado de acrofonía (som inicial) isto é, empregava-se o pictograma para representar o primeiro fonema ou sílaba da palavra.

Esse sistema abriu a possibilidade de uma escrita alfabética. Healey (1993, p. 17) declara que “suspeita-se que os semitas, especialmente os palestinos são os candidatos mais evidentes a patronos da escrita silábica, embora a importância da costa fenícia sugira que a região desempenhou um papel da maior importância nesse processo”.

Portanto, o Egito inspirou as bases para invenção do alfabeto, mas não o inventou. Em conformidade com Diringer (1982, p. 107), os arqueólogos Claude F. A. Schaeffer, G. Chenet e Virolleaud descobriram nas escavações de Rasesh Shamra sobre Ugarite, próximo ao mar Mediterrâneo na costa da Síria, os tabletes de Ugarite datados do 15º. Século a. C. que, decifradas exhaustivamente pelos professores de História Antiga E. Dhorme, Dussand, Charles Virolleaud, Hans Bauer e Nougayrol, revelaram as vinte e

oito letras do alfabeto fenício, dos quais, vinte e seis eram consoantes. Semelhantemente ao fenício, o hebraico antigo não possuía vogais em seu alfabeto. Isto gerava sérios equívocos na leitura como aconteceria também com o vocábulo “pnt” em português. Destituído de vogais, poderia significar: aponta, aponte, aponto, panta, pante, panteão, penates, penta, pente, pinote, pinte, pinto, poenta, ponta, pontão, ponte, ponta, pontua e pontuo.

Os gregos sanaram as dificuldades de homonímia, introduzindo o uso de símbolos fenícios convencionados para a função de vogais no alfabeto. A palavra *alfabeto* tem sua gênese na justaposição das letras gregas α (alpha) e β (beta) oriundas dos pictogramas que representam respectivamente boi e casa. O símbolo Fenício ou representava um *aleph* ou boi naquela língua. Em um processo denominado *acrofonia*, tomou-se essa marca pictórica para representar apenas o fonema inicial dessa iconografia. Estabelecido esse princípio protossilábico, as múltiplas possibilidades combinatórias dos fonogramas criaram condições favoráveis à percepção mais clara da leitura. Por exemplo, em inglês, o desenho de uma abelha, (bee) ao lado de uma folha de árvore (leaf), significaria crença, i.e. belief. Com o tempo, o pictograma inclinou-se 90 graus à direita e surgiu o “ α ” mantendo a representação do fonema [a], i.e., o acrofone de *aleph*.

A cultura romana toma o “ α ” e extrai-lhe o chifre superior forjando sua própria letra designadora desse fonema. “a”. Note-se que até hoje, para representar o fonema [a], ainda se resgata o pictograma fenício *aleph*. Cada uma das letras do alfabeto grego e, conseqüentemente do romano, passou por um longo processo de desenvolvimento a partir de signos semitas como descrito acima. Diringer assevera que:

Foi um longo percurso desde os primitivos pictogramas até o alfabeto. Não havia, a princípio, ligação entre o símbolo desenhado e o termo sonoro a ele designado; o alfabeto, no entanto, tornou-se o complemento gráfico da fala. De fato, cada elemento (que pode ter qualquer forma) na escrita fonética corresponde a um elemento específico (i.e. fonema) na língua a ser representada. Assim, estabeleceu-se uma relação direta entre a língua falada (i.e. fala) e a escrita, sendo esta, uma representação daquela. (DIRINGER, 1982, p. 73).

Healey (1993, p. 36) apoia a ideia de que “as similaridades entre os escritos gregos, incluindo o uso de certas letras para representar vogais, indicam uma origem comum”. De forma semelhante, o princípio acrofônico não explica a origem de todas as letras, mas boa parte delas são claras como por exemplo o ϱ oriundo de *aleph* ou boi. Encontra-se o *bet* ou casa δ originando a letra *b*. $\approx \approx \approx$ – mayyuma – água originando a letra *m*. ■ -nahasu – para cobra que gerou a letra *n*.

Dessa forma, pode-se entender que o princípio do acrofone foi uma técnica como a exemplificada abaixo pelos ícones abaixo, lidos em inglês:

Exemplo 1



bee +



Leaf = BELIEF

(Abelha) + (Folha) = (Crença)

Outrossim, pode-se inserir também um exemplo em português:

Exemplo 2



seis +



Jipe = Sergipe

Exemplo 3



Motor +



chiclete = Motocicleta

5. Considerações finais

Ao se somarem as considerações abordadas acima quanto à trajetória da formação da escrita alfabética, chega-se à compreensão de que, desde a origem, a escrita e sua conseqüente leitura estão intrinsecamente ligadas à capacidade do cérebro de fazer inferências. Verificou-se que desde antes do poderio e proeminência dos fenícios, a escrita fonética já tinha seu embrião fecundado a partir de símbolos semíticos e hieróglifos, o que corrobora com a ideia de que é uma falácia o conceito de que os Fenícios são os inventores da escrita alfabética.

Decorre daí que novos estudos precisam ser realizados para detectar que aspectos desencadearam as dificuldades de inferência e compreensão da leitura alfabética hoje em dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIRINGER, David. *The Book Before Printing Ancient, Medieval and Oriental*. New York: Dover Publications Inc., 1982.

FIORIN, José Luiz. (Org.). *Introdução à linguística I: objetos teóricos*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006

HEALEY, John F. *The Early Alphabet*. Londres: British Museum Press, 1993.

JEAN, Georges. *Writing the story of alphabets and scripts*. New York: Thames and Hudson, 1987.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

NASCIMENTO, NETO. Reginaldo. *Interactive Synapse in English*. 3. ed. São Luís: [s./e.], 2003.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PINKER, Steven. *Como a mente funciona*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

AS CONSOANTES GEMINADAS
NO *ALMANACK CORUMBAENSE*:
UMA REFLEXÃO
COM BASE NA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

Patricia Damasceno Fernandes (UEMS)

patty.damasceno@hotmail.com

Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)

natanielgomes@uol.com.br

Natalina Sierra Assencio Costa (UEMS)

natysierra2011@hotmail.com

Ana Claudia Rocha Amaral Figueiredo (UEMS)

anaamaralfigueiredo@hotmail.com

RESUMO

As consoantes geminadas são consideradas um dos vestígios do latim na língua portuguesa, elas podem ser encontradas em muitos documentos antigos, esta pesquisa adotará como *corpus* fragmentos de texto do *Almanack Corumbaense* (1898) para o estudo da utilização dessas geminadas. A historiografia linguística utiliza textos escritos para estudar os processos de evolução de uma língua e suas possíveis mudanças (IWASSA & ALMEIDA, 2012), sendo necessário para isso se relacionar com outras áreas do conhecimento como a história, para que possa fazer uma análise mais completa em relação à língua. A historiografia linguística se apropria de três princípios baseados em Koerner (1996) em sua metodologia, que são: contextualização, imanência e adequação. A contextualização se refere ao clima de opinião geral do período, ou seja, são os acontecimentos da época relacionados à obra escolhida para análise. O segundo princípio, a imanência, seria a análise do quadro linguístico da época, isto é, buscar dentro das gramáticas da época qual é o posicionamento do autor em relação ao fenômeno linguístico que está sendo analisado, neste caso estamos analisando a ortografia. O terceiro é a adequação e consiste em uma análise particular da língua, com isso, faz-se uma tentativa de comparar momentos históricos, é onde evidenciamos as abordagens de duas gramáticas de épocas diferentes, com relação ao mesmo aspecto linguístico em questão. Nossa intenção é a partir das análises da *Gramática Histórica* de Coutinho (1976) e da *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara (2009), explicar a utilização das consoantes geminadas no português da época em que o *Almanack* foi escrito e no português atual.

Palavras-chave: Consoantes geminadas. Historiografia. Ortografia.

1. Introdução

De acordo com Jesus (2013) a historiografia linguística é uma das subáreas da linguística, o próprio nome da disciplina traz consigo a noção de ligação entre duas áreas do conhecimento que é a história e a linguística, ocorrendo uma relação harmônica entre elas é possível obter o resultado desejado na pesquisa, que é o estudo evolutivo do conhecimento linguístico.

Bastos e Palma (2004) nos dizem que, o retorno ao passado é de caráter extremamente necessário, visto que, permite a visualização do quadro linguístico da época e também o contexto que envolveu a produção do documento em análise.

As línguas carregam consigo não apenas as características das sociedades que as utilizam, mas também as influências de outras línguas as quais lhe deram origem ou estiveram em contato.

As consoantes geminadas são um dos exemplos que caracterizam a influência do latim na língua portuguesa, este aspecto faz parte da ortografia e a partir da historiografia linguística pode-se verificar como era sua utilização e de que forma os acordos ortográficos mudaram as regras ao longo do tempo.

Esta pesquisa busca demonstrar por meio de fragmentos do *Almanack Corumbaense*, documento histórico, a utilização das consoantes geminadas.

Buscamos ainda contribuir para historiografia linguística explicando, no que concerne as consoantes geminadas, as abordagens de Coutinho (1976) e Bechara (2009).

A estrutura deste trabalho se dará da seguinte forma, primeiramente faremos a contextualização do *Almanack Corumbaense*, depois a imanência onde se descreverá as abordagens de Coutinho (1976) e Bechara (2009) com relação ao aspecto ortográfico já citado em seguida a adequação onde se destacará os pontos convergentes e/ou divergentes com base nas abordagens dos gramáticos em questão. Por fim, faremos a análise da utilização das consoantes geminadas no *Almanack Corumbaense*.

2. *Contextualização*

De acordo com Souza (2013) o *Almanack Corumbaense* é do ano de 1898, com o objetivo de fornecer informações e propaganda das riquezas naturais de Mato Grosso, mais especificamente de Corumbá. Tendo como editor o candidato a governo do Estado na época, Ricardo D’Elia.

Conforme Paulino; Müller & Gomes (2015) O *Almanack* trata-se de um documento histórico de Corumbá, cidade fundada em 21 de setembro de 1776, pelo Governador Capitão General Luiz de Albuquerque Velho. Retrata desde a invasão dos paraguaios em (1865) até Corumbá se tornar oficialmente uma cidade, em 1878.

A pesar da guerra do Paraguai, Corumbá não parou de prosperar, sendo a região declarada “porto habilitado para o Comercio”, isso trazendo grandes benefícios para o local que passa a ter seu porto como o movimentador de grandes transações financeiras.

O porto da cidade era apropriado para pequenas e grandes embarcações, é importante destacar que na época a navegação era muito importante para o desenvolvimento do comércio tanto local quando nacional.

D’Elia (1898) também registra no *Almanack* como era os métodos de ensino e as escolas no contexto histórico:

A instrução é ministrada muito regularmente por duas Escolas instituidas pelo Estado, uma para cada sexo. As cazas particulares de instrução – O Externato Corumbaense e o Atheneu Corumbaense oferecem completo e excelente systema de ensino, secundados por varios outros estabelecimentos particulares. Aos bons methodos adoptados, assim como á espontanea iniciativa de instruir-se, deve a plebe de Corumbá esse admiravel estado de adiantamento em que se acha, sendo muito notavel a extrema facilidade e rapidez com que todas as crianças aprendem a calligraphia. (*Idem*, p. XII).

Assim a cidade de Corumbá através de sua história demonstra sua importância para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e

atualmente continua demonstrando sua contribuição, possuindo grande potencial econômico e turístico.

3. *Imanência*

3.1.A língua e a ortografia na *Gramática Histórica de Ismael Coutinho*

Vasconcelos (1926 *apud* COUTINHO, 1996, p. 56-57) divide a história da língua portuguesa em:

- *Pré-Histórica*: que vai da origem da língua até o surgimento de documentos escritos em latino-português, no século IX;
- *Proto-Histórica*: que vai do século IX ao XII quando os textos escritos já são em latim bárbaro;
- *Histórica*: que começa a partir do século XII quando os textos aparecem na íntegra em português.

A época histórica é dividida em arcaica (do século XII ao XVI) e moderna (do século XVI até os dias atuais). O fato literário que marca a fase moderna é a publicação de *Os Lusíadas* (1572), onde se acham retratados o espírito de aventura, a resistência ao sofrimento, as qualidades guerreiras, o heroísmo e todas as grandes virtudes da nação portuguesa.

3.1.1.A ortografia portuguesa

De acordo com Coutinho (1976) não é exagero dizer que a ortografia portuguesa não era uniforme. Existiam várias ortografias, sendo uma ciência que dependia da fantasia de cada escritor.

A história da ortografia da língua portuguesa se divide em três períodos: fonético, pseudoetimológico e o simplificado.

O primeiro é onde se iniciam os documentos redigidos em português e se estende até o século XVI. A preocupação com a fo-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

nética se tornava cada vez mais visível, e as palavras eram escritas tal como eram ouvidas.

Neste período as consoantes tinham o mesmo valor que no português moderno, em geral só se dobravam elas quando tinham valores diferentes das simples. Além do *r* e *s*, as outras que apareciam geminadas eram *f*, *l* e *m*.

O segundo tem início no século XVI e vai até 1904. O critério adotado neste período é respeitar, tanto quanto possível, as letras originárias das palavras. E começa a surgir os primeiros tratados de ortografia.

O terceiro se inicia com a publicação da *Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana em 1904, sendo uma reforma necessária, porque se agravava a cada dia o fato de cada autor possuir uma grafia própria.

Dentre os princípios estabelecidos por Viana estão:

a) Proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos da etimologia grega: *th*, *ph*, *ch* (= *k*), *rh* e *y*;

b) Redução das consoantes dobradas a singelas, com exceção de *rr* e *ss*, mediais, que têm valores peculiares;

c) Eliminação das consoantes nulas, quando não influem na pronúncia da vogal que as precede;

d) Regularização da acentuação gráfica.

Em 1911 o governo de Portugal reuniu uma comissão de linguistas, a fim de tornar a língua mais uniforme e acaba adotando como base os princípios de Viana.

Em 1931 é celebrado o acordo entre Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, com o objetivo de padronizar a ortografia, visto que, cada autor até então escrevia de forma particular e isso era fonte de incertezas e dificuldades ortográficas.

As consoantes geminadas são assim definidas:

Consoante mais longa do que uma consoante simples e cuja a articulação é mais enérgica (ou mais intensa). Uma geminada se distingue de uma consoante longa pelo fato de que se encontra cindida por uma fronteira silábica, podendo a primeira parte ser considerada imploriva, e a outra explosiva. (DUBOIS, 1973, p.30).

Silva (2010) nos trás que o traço linguístico histórico de geminação das consoantes é originário do latim.

Algumas consoantes dobradas utilizadas no latim foram herdadas pela língua portuguesa de Portugal até ano de 1911 e no Brasil até 1931. O quadro abaixo demonstra alguns exemplos:

Consoante Dobrada	Exemplo de Utilização
bb = b	sabbatu > sábado; abbate > abade
cc = c	bucca > boca
dd = d	additione > adição
ff = f	effectu > efeito
gg = g	aggravare > agravar
ll = l	illa > ela; collu > colo capillu > cabelo
mm = m	flamma > chama
nn = n	pannu > pano; annu > ano, pannu > pano
pp = p	stuppa > estopa
tt = t	gutta > gota

3.2. As consoantes dobradas na Gramática Moderna Portuguesa de Evanildo Bechara

A gramática de Bechara (2009), sobre as letras geminadas, nos diz com relação ao *rr* e *ss*, que quando entre vogais, representam os sons simples do *r* e *s* iniciais.

Além disso, nos explica que o *r* e *s* são duplicados todas as vezes que um elemento de composição terminado em vogal se segue de outro começado por quaisquer dessas duas consoantes e sem o uso de hífen. Como por exemplo, em: *pressentir*, *sacrossan-to* e *ressentimento*.

4. *As consoantes geminadas no corpus*

A seguir podemos identificar através de alguns fragmentos do *Almanack Corumbaense* a utilização das consoantes geminadas:

Attestam-no sobejamente a numerosissima e crescente clientela a que tem que diariamente *attender*, e a fama do seu nome, que v^oa de um a outro extremo do Brazil. (p. II).

Em política o *illustre* medico pode ser considerado um republicano histórico. (p. II).

Uma excellente instituição instrutiva acaba de fundar-se com geraes *applauros*: O Gabinete de Leitura Corumbaense, onde já se encontram *innumeros* tratados scientificos e grande subsidio *litterario*. (p. XII).

Quanto ao serviço postal pouco tem *soffrido* com a reduç^o das viagens do Lloyd, visto ser *soccorrido* pela Leda, da firma Vierci & Irmãos, o qual mantem viagens quinzenaes d' este porto a Assumpç^o. (p. X).

5. *Adequação*

A *Gramática Histórica* de Ismael de Lima Coutinho de 1976, adota uma abordagem descritiva e explicativa tanto da história da língua portuguesa quanto das divisões da própria gramática, por exemplo, a parte de ortografia, explicita quais foram os períodos pelos quais a língua passou, quais eram suas características e também o que mudava com os acordos ortográficos, como vimos nos períodos: fonéticos, pseudoetimológico e simplificado.

A *Gramática Histórica* também explica as regras de utilização das consoantes dobradas na época, tendo, portanto, abordagem normativa e histórica em sua exposição.

Então é possível entender através da história da própria língua porque as consoantes geminadas eram utilizadas, como herança do latim, e como foi que passaram a não ser mais utilizadas, com publicação da *Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana.

A *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara é 2009, possui uma perspectiva normativa, onde podemos verificar quando e como se utilizam as letras dobradas, sendo esta a nomenclatura adotada pelo autor quando trata das consoantes dobradas. Não há menção sobre os períodos fonéticos, pseudoetimológico e simplificado, não tendo assim uma abordagem histórica. Faz-se presente a classificação e sistematização das normas da ortografia atual da língua portuguesa.

Identificamos como ponto em comum entre a *Gramática Histórica* e a *Moderna Gramática* que em nenhuma delas se trabalha o conceito de ortografia, os autores seguem diretamente do título da para as explicações.

De acordo com Coutinho (1976), com a publicação de *Ortografia Nacional* Gonçalves Viana, as únicas consoantes dobradas que permaneceram na língua portuguesa atual são o *rr* e *ss* como consoantes dobradas, vejamos então o quadro comparativo entre as duas gramáticas quanto as regras de utilização dessas consoantes na ortografia.

Gramática Histórica	Moderna Gramática Portuguesa
r - aparece geminado no início e no meio da palavra, para que o seu som não se confunda com o r brando: rrainha = raiha, omrrado = honrado. No entanto, encontra-se também r simples com o valor de dois rr: terra, recorer = recorrer.	Escrevem-se rr e ss quando, entre vogais, apresentam os sons simples do r e s iniciais; Duplicam-se r e s todas as vezes que a um elemento de composição terminado em vogal se segue, sem interposição do hífen, palavra começada por uma daquelas letras: arritmia, corrêu, prerrogativa, pressentir, ressentimento, sacrosanto etc.
s - substituíra às vezes o c ou ç: sima = cima, composom = composição. Podia iniciar palavras, sem tomar o e de apoio: star = estar, screver = escrever. Simples, era empregado também com valor de ss: poso = posso, noso = nosso. O contrário ocorria igualmente, isso é, geminado equivalia a s intervocálico simples: cassado = casado, messa = mesa. Aparece frequentemente dobrado no princípio e no meio dos vocábulos, talvez pela necessidade de distinguir foneticamente os seus valores: sseu = seu, levantou-sse = levantou-se.	

Verificamos em relação ao *rr* e *ss* que na *Gramática Histórica* eram utilizados no interior e no início de algumas palavras pa-

ra não ser confundido com o *r* brando, já na ortografia atual, apresentada pela *Moderna Gramática portuguesa*, vimos que o *rr* e *ss* só pode ser utilizado no interior da palavra entre vogais.

Essa diferença na utilização no *rr* e *ss* demonstra que apesar dessas consoantes dobradas terem permanecido na ortografia atual as regras para seu emprego se modificaram por meio dos acordos ortográficos.

Pode-se compreender a distinção e as particularidades das abordagens a partir da própria função exercida por cada gramática, aqui utilizadas para comparação ortográfica das consoantes dobradas, enquanto a gramática de Coutinho evidencia a concepção histórica, Bechara trata do caráter instrucional, ou seja, normativo.

6. Considerações finais

A presente pesquisa explorou o parentesco da língua portuguesa com o latim, por meio dos vestígios deixados na estrutura de nossa própria língua.

Com o auxílio do *Almanack Corumbaense*, escrito antes do acordo de 1931, conseguiu-se demonstrar a utilização das consoantes geminadas na escrita da língua portuguesa.

Por meio das abordagens das duas gramáticas, a *Gramática Histórica* de Coutinho e da *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara, verificamos os diferentes posicionamentos dos autores em relação às terminologias, Coutinho utiliza o termo consoantes dobradas, já Bechara adota a nomenclatura letras dobradas. Verificou-se também diferenciação nas explicações, sendo que Coutinho utiliza muito mais o caráter histórico, sem deixar de lado a descrição das regras de utilização das consoantes dobradas, e Bechara se atém essencialmente as regras, não tem uma abordagem histórica.

Vimos que a redução das consoantes geminadas não alterou o significado e a pronúncia das palavras em nossa língua e que isso aconteceu devido a um acordo ortográfico para que houvesse uma maneira mais uniforme de escrita. Até então, muitos escrito-

res redigiam cada um da sua forma, fato que trazia grandes despadronizações ortográficas para época.

Assim entendemos que a redução da maioria das consoantes geminadas não faz parte do processo de mudança linguística e sim de um acordo ortográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Orgs.). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

COUTINHO, I. de L. *Gramática histórica: linguística e filologia*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

D'ELIA, R. *Almanack Corumbaense*. Corumbá: Typ. Italiana, 1898.

IWASSA, H. L. J.; ALMEIDA, M. E. Princípios metodológicos da historiografia linguística: uma abordagem em Koerner (1996). *Revista Ave Palavra*. Edição n. 14, segundo semestre de 2012.

JESUS, L. M. C. de. *A colocação pronominal em textos do Almanack Corumbaense (1898): um estudo historiográfico*. Campo Grande: UEMS, 2013.

PAULINO, E. S.; MÜLLER, L. C. P.; GOMES, N. S. O gênero almanack como difusor da língua brasileira. *Revista Philologus*, ano 21, n. 61 Supl.: Anais do VII SINEFIL. Rio de Janeiro: CIFE-FIL, jan.abr.2015, p. 903-909.

SILVA, J. P. da. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2010.

SOUZA, F. F. de *A ortografia em Almanack Corumbaense: uma perspectiva da historiografia na língua portuguesa*. Campo Grande: UEMS, 2013.

**ASPECTOS DA MORFOLOGIA DO DIMINUTIVO –INHO
NO DICIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA,
DE ANTONIO DE MORAES SILVA:
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO HISTÓRICO
DO DIMINUTIVO EM PORTUGUÊS**

Messias dos Santos Santana (UESPI/USP)
messiasdsantana@bol.com.br

RESUMO

A pesquisa com vistas à investigação histórica de itens linguísticos, sobretudo no que diz respeito aos sufixos, tem sido uma das preocupações do GMHP – Grupo de Morfologia Histórica do Português – da Universidade de São Paulo, coordenado pelo Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro, proporcionando, desse modo, o surgimento de investigações tanto no âmbito diacrônico quanto no sincrônico, o que muito tem contribuído para o conhecimento dessas unidades da língua portuguesa. Inserido nas propostas desse grupo e visando a oferecer uma contribuição para o desenvolvimento do estudo histórico do sufixo diminutivo em português, este estudo volta-se para esse tema focalizando a descrição de uma sincronia pretérita (contrastando, assim, com os estudos mais recentes sobre o tema, os quais se concentram, geralmente, na sincronia atual), através da análise das palavras formadas por diminutivo no *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1813), de Antonio de Moraes Silva, tendo como foco a sua morfologia. Tratando-se, ainda, de um estudo inicial, aborda somente o sufixo *-inho* e suas variantes *-inha*, *-sinho*, *-sinha*, *-zinho* e *-zinha*. Os resultados indicam, por exemplo, que esse sufixo participa da formação de mais da metade das palavras formadas por sufixo diminutivo existentes nesse dicionário; que as formas *-inho* e *-inha* são mais empregadas que suas variantes iniciadas em consoante; e ainda que as palavras terminadas em vogal favorecem o emprego das formas *-inho* e *-inha*; que as terminações ditongo nasal tônico e vogal tônica só admitem as formas *-sinho*, *-sinha*, *-zinho*, *-zinha*, enquanto que as palavras que terminam em consoante podem receber tanto as formas iniciadas por vogal como as formas *-sinho*, *-sinha*, *-zinho* e *-zinha*.

Palavras-chave: Sufixo diminutivo. Morfologia.
Diccionario da Lingua Portuguesa. Sincronia. História da língua.

1. Introdução

Ao estudar os sufixos diminutivos no português atual, sempre encontramos referências ao fato de que o sufixo *-inho* é o mais empregado na formação de palavras para indicar as significações que esse tipo de sufixo expressa. Basílio (2011, p. 71), por exemplo, diz: “O principal elemento formador de diminutivo é o sufixo *-inho*. Outros elementos formadores citados em gramáticas existem em formas feitas, mas raramente são usadas em novas formações”.

Ao mesmo tempo, ao consultar-se uma gramática normativa da língua portuguesa – como a de Cunha & Cintra (2001) – encontra-se uma lista de sufixos diminutivos que inclui aproximadamente duas dezenas desses sufixos, não se deixando evidente se todos eles possuem a mesma produtividade e/ou significados no estágio atual da língua portuguesa.

Quando, no entanto, procuramos informações acerca do diminutivo *-inho* e suas variantes *-inha*, *-sinho*, *-sinha*, *-zinho* e *-zinha*, bem como das demais formas, referindo-se a séculos anteriores ao XX, raramente as encontramos. Diante disso, é possível concluir pela existência de uma lacuna na descrição dos sufixos diminutivos portugueses, justamente porque muito se tem feito sobre esse tema em perspectiva sincrônica, mas muito pouco em perspectiva histórica ou diacrônica. Desse modo, ainda precisam ser respondidos questionamentos como: 1) quais sufixos diminutivos são empregados desde a origem da língua portuguesa?; 2) como esses sufixos se comportam do ponto de vista formal?

Uma das maneiras de fazer isso é, segundo cremos, uma investigação do testemunho que nos foi dado pelos gramáticos da língua portuguesa, partindo do estudo das primeiras gramáticas. A outra é através do estudo dos próprios textos – em seus mais diferentes gêneros – que contenham palavras formadas com o emprego de tais sufixos. Logicamente, a soma de um e outro modo de proceder garantirá a esse tema uma abordagem muito satisfatória, quanto ao seu aspecto histórico.

Desse modo, objetivando oferecer uma contribuição ao estudo do sufixo diminutivo português em perspectiva histórica, oferecemos a análise de um dicionário geral¹ da língua portuguesa. Primeiramente, essa escolha deveu-se ao fato de que esse tipo de dicionário, por ser uma obra que também possui caráter metalinguístico, sempre oferece, diretamente ou em suas entrelinhas, informações importantes acerca dos mais diversos temas de uma língua. Ao mesmo tempo, por suas próprias características, pode dispor de informações tanto sobre o presente quanto sobre o passado de uma língua. (Cf. PORTO-DAPENA, 2002, p. 59)

Em particular, escolhemos analisar o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, que ocupa posição de destaque dentro do quadro da lexicografia de língua portuguesa, sendo assim caracterizado por Verdelho (2003, p. 473):

O *Diccionario da Lingua Portuguesa* de António de Moraes Silva, constitui a mais importante referência na história da lexicografia portuguesa. Como dicionário geral da língua, podemos dizer que desencadeou o início da dicionarística monolíngue moderna portuguesa. Estabeleceu as origens e deu fundamento a toda a genealogia lexicográfica desenvolvida ao longo dos últimos 200 anos.

Esse dicionário foi publicado pela primeira vez no ano de 1789, em Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, em dois volumes. A segunda edição – também em dois volumes – ocorreu na mesma cidade, mas na Tipographia Lacerdina, vinte e quatro anos mais tarde. Para o objetivo que estamos nos propondo aqui, analisaremos a sua segunda edição, em virtude de ela ser mais correta e mais ampla que a primeira, como o próprio autor assinala no *Prologo* de sua obra:

Segunda vez te offereço o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, e porque não vá sem alguma conheçença do indulgente acolhimento, que da primeira lhe fizeste, trabalhei quanto me foi possível por alimpá-lo dos erros, com que saü naquella Edição, e por ampliá-lo em Artigos, e novos entendimentos dos vocabulos, e frases.

¹ Diferentes são os tipos de dicionário, o que faz de cada um deles ter características distintas. Para um maior esclarecimento acerca dos tipos de dicionário, consulte-se, por exemplo, Porto-Dapena (2002).

Antes, no entanto, de apresentar as informações referentes à análise desse dicionário, há uma seção que discute o sufixo diminutivo de um ponto de vista mais teórico. Preferimos, aqui, não simplesmente conceituar e/ou caracterizar o sufixo diminutivo português; fizemo-lo, mas considerando, sempre, a perspectiva de Moraes Silva no momento de elaborar o seu dicionário, motivo por que trabalhamos sempre com autores anteriores à publicação da segunda edição de seu dicionário, os quais poderiam ter sido fonte de consulta para ele – e foram, uma vez que Fernão de Oliveira e João de Barros têm suas gramáticas citadas ao longo da *Epitome* que antecede a ordenação alfabética das palavras no primeiro volume. Analisamos, na sequência, o conceito de diminutivo que Moraes Silva adota, tanto no *Epitome* como no corpo do dicionário, no espaço referente ao verbete *diminutivo*.

2. O sufixo diminutivo em português: de Fernão de Oliveira (1536) a Moraes Silva (1813)

O sufixo diminutivo português já é objeto de descrição em gramáticas da língua portuguesa desde a primeira gramática, a de Fernão de Oliveira, sendo continuamente retomado, e as informações ampliadas nas gramáticas que foram sendo elaboradas nos séculos seguintes.

Em sua *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1975), Fernão de Oliveira traz uma breve abordagem acerca do sufixo diminutivo, limitando, praticamente, a dizer que é regra geral os nomes diminutivos terminarem em *-inho*, *-inha*. (Cf. p. 108).

João de Barros (1540), por sua vez, detém-se mais sobre o tema, mas não muito. Apresenta, no entanto, diferentemente de Fernão de Oliveira (*op. cit.*), o conceito de diminutivo:

Nome Diminutiuo, e aquelle que tem algũa diminuiçam do nome principal donde se deriuou: como de hómẽ, homenzinho, de mulher, molhẽzinha, de moço, mocinho: de criança, criancinha. E outros muitos que se fórmam e acabam em diferentes terminações: mais per uontade do pouo que por regra de bõa Grammatica. (BARROS, 1540, p. 7).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

No trecho acima citado, vemos, ainda, que o autor identifica as formas *-inho*, *-inha*, *-zinho*, *-zinha* como as mais frequentes, mas destaca a existência de outras formas, embora não as identifique, talvez por não serem empregadas com grande frequência.

Outra gramática que oferece uma descrição dos sufixos diminutivos em língua portuguesa é a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* (1770), de Reis Lobato. Neste autor, encontramos praticamente as mesmas ideias postas em João de Barros. Assim, considera o autor que o uso do diminutivo é um recurso para formar novas palavras, indicando a diminuição do que a palavra primitiva significa, conforme a seguir:

Substantivo Diminutivo he aquelle, que significa com diminuição o mesmo, que o nome primitivo, de que se deriva: como v.g. o Substantivo *Livrinho*, que significa com diminuição o mesmo, que significa o nome *Livro*, donde elle traz a sua origem, porque quer dizer livro pequeno. A nossa lingua tem grande copia de diminutivos, que lhe dão muita graça, e delicadeza. (REIS LOBATO, 1770, p. 11)

Quanto à exemplificação, assim como já o fizeram Fernão de Oliveira e João de Barros, Reis Lobato só apresenta exemplos de substantivos diminutivos formados com o sufixo *-inho*, com a significação de tamanho pequeno. Tal fato pode, novamente, fazer-nos interpretar que esse sufixo é o mais empregado em língua portuguesa, na formação de palavras com significado diminutivo.

Com Pedro José da Fonseca, em *Rudimentos da Grammatica Portuguesa* (1799), pode-se dizer que começa uma nova postura com relação à descrição dos sufixos diminutivos em língua portuguesa, por diversos motivos, que serão detalhados a seguir. Antes, no entanto, exporemos o que o autor apresenta, mas que já pode ser encontrado em autores anteriores.

Assim como João de Barros e Reis Lobato, nas respectivas obras indicadas, Pedro José da Fonseca considera o uso do diminutivo um recurso para a obtenção de novas palavras, cujos significados estarão diminuídos em relação à palavra primitiva:

Diminutivos são aquelles nomes, que com diferente terminação dos seus primitivos lhes diminuem o significado; como: *homemzinho*,

derivado de homem; *mulherinha*, ou *mulherzinha*, de mulher; *filhinho*, e *filhinha*, de filho, e filha. Exemplo: *Dos leõeszinhos se formão os leões, dos Tigresinhos os Tigres [...]*. (FONSECA, 1799, p. 25)

Ainda no plano da semelhança na descrição do diminutivo, é importante destacar que Pedro José da Fonseca é conhecedor da descrição dos sufixos diminutivos que João de Barros realiza em sua *Grammatica*, a qual é, inclusive, citada por ele: “Os *diminutivos* tem varias terminações, de sorte que segundo diz Joao de Barros, (2) muitos delles se formão, e acabão mais por vontade do povo, que por alguma regra de boa Grammatica” (FONSECA, 1799). Uma vez que não há, quanto a este ponto, nenhuma argumentação contrária a essa descrição feita por João de Barros, será admitido também, neste estudo, que Pedro José da Fonseca aceita – como faz o autor por ele citado – que as terminações *inho* e *inha* são aquelas empregadas pelos que fazem o bom uso da língua – formações baseadas na gramática –, enquanto que as demais terminações, que são de uso popular, não são usadas pelos que dominam o bom uso da língua.

As diferenças, por sua vez, com relação aos autores até aqui analisados, acentuam-se em diversos pontos, a começar pelo fato de que este autor deixa explícito que a diminuição que se realiza em relação à significação da palavra primitiva não se restringe ao aspecto espacial ou tamanho do ser, sendo o sufixo diminutivo também empregado para indicar diminuição de qualidade, assim como carinho ou desprezo: “Delles [os diminutivos] se usa para indicar diminuição na quantidade, ou qualidade do sugeito, de que se trata. Tambem servem para exprimir o carinho, ou a idéa do desprezo, que por seu meio se quer excitar” (FONSECA, 1799, p. 25). A admissão desses novos valores semânticos pode ter ocorrido em virtude de o autor também indicar que os diminutivos podem ser acrescentados aos adjetivos.

Outro ponto de destaque na descrição dos diminutivos oferecida por este autor está no fato de que ele não se limita a dizer que “Os *diminutivos* tem varias terminações” (*Idem, ibidem*), como o faz João de Barros, mas indica quais são essas terminações, entre as quais *-inho/-inha* é apontada como a mais produtiva:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Mas assim mesmo a terminação mais ordinária para o masculino dos substantivos, e adjectivos, he em *inho*, e para o feminino em *inha*. Alguns pelo dito modo a tem em *ete*, e *eta*, como: *doudete*, *escudete*, *mocete*, *pannete*, *pequenete*, *pistolete*, *pobrete*, &c., ou tambem: *ilheta*, *moceta*, *villeta*, &c.

Os adjectivos a tem ás vezes em *ino*, como: *pequenino*, *tamanino*, &c.: os substantivos masculinos em *ote*, ou *oto*, como: *bacorote*, *camarote*, *perdigoto*, &c., e os femininos em *agem*, *ilha*, e *ota*, como: *villagem*, *camilha*, *galeota*, &c. (FONSECA, 1799, p. 25-26)

Esta é, portanto, a descrição mais avançada sobre os sufixos diminutivos em língua portuguesa até o momento, a qual será encontrada, em muitos aspectos, nas descrições posteriores.

Considerando, portanto, essas informações, busquemos analisar o conceito de diminutivo que nos oferece Moraes Silva na segunda década do século XIX, o que será de grande auxílio na identificação dos diminutivos existentes em seu dicionário.

2.1. O conceito de diminutivo segundo Moraes Silva, no *Diccionario da Lingua Portugueza* (1813)

Quando Moraes Silva elabora a segunda edição do *Diccionario da Lingua Portugueza*, em 1813, assim como a *Epitome da Grammatica Portugueza* que o antecede, já existem, portanto, todas as abordagens que até aqui expusemos sobre o diminutivo português. Encontramos, no entanto, somente Fernão de Oliveira e João de Barros citados em sua obra.

Em relação ao que se pode encontrar de descrição do diminutivo português em Moraes Silva, é importante considerar dois momentos do primeiro volume de sua obra. As primeiras informações são encontradas na síntese sobre a gramática da língua portuguesa que o autor traz com o título de *Epitome da Grammatica Portugueza*, na qual afirma:

Dos nomes, e adjetivos primitivos se derivão os *diminutivos*: v. g. de homem *homenzinho*; de mulher *mulherinha*; de cavallo *cavallinho*, &c e os *aumentativos*, v. g. *homenzarrão*, *mulheraça*, ou *mulherona*, *cavallão*, &c. dos adjetivos, v. g. *doido* *doidarvão*, *louco* *lou-*

quinho, secco seccarrão; Ladrão, ladravás, &c. (MORAES SILVA, 1813, p. VI)

A análise do fragmento acima nos indica que o diminutivo, para esse autor, forma-se com o acréscimo de sufixo (derivação sufixal, portanto) a um radical ou a uma palavra, tanto em relação ao substantivo quanto com os adjetivos. São, portanto, informações que se poderiam dizer relacionadas à forma; as informações semânticas não estão explicitadas.

O que falta de informação semântica no trecho acima citado nos é compensado na seção lexicográfica em si do *Diccionario*, mais especificamente no verbete que tem como entrada a palavra *diminutivo*, que assim se encontra definida:

DIMINUTÍVO, adj. t. de Gramm. O nome, ou adjectivo, que declara a coisa com diminuição do seu estado ordinario: v. g. *homemzinho: pobrete*. (*Idem, ibidem*, vol. 1, p. 619)

A partir da definição acima, podemos dizer que, semanticamente, o *diminutivo* apresenta uma *diminuição* daquilo que o nome, isto é, o substantivo, e o adjetivo significam (declaram) quando empregados com a significação da forma anterior ao acréscimo do sufixo diminutivo (seu estado ordinário).

Segundo podemos observar, baseados no que acima está exposto, para Moraes Silva o diminutivo é, portanto, uma característica dos nomes (substantivos) e adjetivos. Então, para compreendermos de forma mais clara o que esse autor entende por diminutivo, recorreremos ao que ele entende por nome (substantivo) e adjetivo. Para isso, nos auxiliaremos dos respectivos conceitos e características presentes em sua *Epítome*.

Assim, em relação ao primeiro termo, o autor afirma: “*Nomes*, ou *Substantivos*, [são as palavras] com que significamos os indivíduos da natureza, ou da arte, v. g. *Pedro, casa, pomo*: e as qualidades de per si, como *alvura, doçura*” (p. V). Acrescentando, já na página seguinte, que os “*Nomes* são as palavras, com que indicamos as coisas, que existem por si, v. g. *casa, pomo, homem*; ou as qualidades, que representamos como existindo sobre si, v. g.

alvura, riqueza, doçura, mansidão, &c. estes se dizem *nomes abstractos*". (p. VI)

Os adjetivos, por sua vez, assim se encontram definidos em Moraes Silva (*op. cit.*, p. V): "Os *Adjectivos Attributivos*, [são as palavras] que ajuntamos aos nomes, para significar os attributos, propriedades, qualidades, e accidentes das coisas, v. g. homem *bom*, fruta *doce*, seda *azul*, homem *moral &c.*".

A partir desses conceitos podemos perceber que o diminutivo não designa, apenas, algo palpável ou visível, isto é, material, mas também "coisas" não palpáveis ou invisíveis, isto é, imateriais. Desse modo, o diminutivo não é empregado apenas para diminuir o tamanho ou espessura ou ainda a qualidade de algo.

Se considerar-se que o mesmo autor define *diminuição*, em seu sentido geral, como a "Quebra, que padece qualquer grandeza, corpo, quantidade, ou suas qualidades, fâculdades [...]" (*op. cit.*, p. 619), então o *diminutivo* expressa a diminuição do tamanho, espessura – diminuição do referente, quando o sufixo diminutivo é aplicado a um nome – ou a diminuição daquilo que o nome – quando aplicados a nomes que designam qualidade – ou o adjetivo significam. Ou seja, essa diminuição pode dar-se tanto no sentido denotativo – isto é, redução do tamanho ou espessura do "ser" em si – quanto no sentido conotativo – quando essa diminuição se dá em sentido metafórico ou metonímico – afetando, portanto, não o seu tamanho ou espessura em si, mas a significação de algo tal qual se considera ser o normal para determinada qualidade ou atributo.

Os exemplos a seguir, retirados do *Diccionario da Lingua Portuguesa*, são bem ilustrativos dessa análise:

ABELHINHA, s. dim. de Abelha. (vol. 1, p. 7)

ADAGUINHA, dim. de Adaga. (vol. 1, p. 38)

AFFRONTINHA, s. f. dim. de Affronta. (vol. 1, p. 56)

ALEGRÈTE, adj. Algum tanto alegre [...]. (vol. 1, p. 88)

ALQUEIRÍNHO, s. m. Meyo alqueire, e um selamim escasso [...]. (vol. 1, p. 105)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

AMARELLÍNHO, dim. de Amarello [...]. (vol. 1, p. 115)

AZEDÈTE, adj. dim. de Azedo. (vol. 1, p. 247)

Vemos, nesses exemplos, diferentes tipos de *diminutivo*, em que os substantivos *abelhinha*, *adaguinha* e *alqueirinho*, por exemplo – formados com o acréscimo de um sufixo diminutivo a um substantivo designador de um referente palpável, visível, conforme verificamos a seguir, a partir das respectivas palavras que lhes deram origem,

ABELHA, s. f. Insecto, que recolhe o mel das flores. [...]. (vol. 1, p. 7)

ADÁGA, s. f. Arma curta, pontaguda, como punhal, que se trazia á cinta, da parte oposta a onde vinha a espada; della se servião tambem os que jogavão a espada [...]. (vol. 1, p. 38)

ALQUEIRE, Medida de grãos [...]. (vol. 1, p. 105)

– designam um referente com o tamanho menor que o designado pela palavra sobre a qual o sufixo foi acrescentado. Isto é, tanto *abelhinha*, quanto *adaguinha* e *alqueirinho* referem-se a algo cujo tamanho é menor que o tamanho considerado normal pela sociedade para cada um desses referentes.

Por outro lado, palavras como *affrontinha*, *alegrete*, *amarelinho* e *azedete* – cujas origens respectivas estão nas palavras a seguir, não designadoras de referentes palpáveis, visíveis,

AFFRONTA, s. f. Denuncia, representação, noticia que se dá [...]. (vol. 1, p. 55)

ALÉGRE, adj. Que tem alegria. §. Coisa que inspira alegria. §. Esperto. [...]. (vol. 1, p. 87-88)

AMARÉLLO, adj. Da còr da gemma do ovo, do oiro, [...] do enxofre. (vol. 1, p. 115)

AZÈDO, adj. Acido, que sabe como o limão não doce, o vinagre, o vinho fermentado. §. fig. Aspero, e desabrido na condição, genio. [...]. (vol. 1, p. 247)

– também expressam o diminutivo para as palavras *affronta*, *alegre*, *amarello* e *azedo*. Só que, diferentemente do que ocorreu nos diminutivos que acima analisamos, aqui não temos uma diminui-

ção do tamanho em si da *affronta*, do *ser alegre*, do *ser amarello* ou do *ser azedo*, mas sim uma diminuição daquilo que poderíamos dizer a *intensidade* (ou *semelhança com*) da *affronta*, do *ser alegre*, *ser amarello* e *ser azedo*. Desse modo, podemos concluir que *affrontinha* é/pode, por exemplo, ser uma afronta feita sem grande entusiasmo por alguém ou sem grandes repercussões; dizemos que alguém está *alegrete* quando esse alguém se encontra apenas um pouco alegre. Da mesma maneira, *amarellinho* e *azedinho* podem significar algo que apresenta, respectivamente, levemente a cor amarela e o gosto azedo ou que se assemelha àquela cor e com este gosto.

Considerando, portanto, tudo o que se expôs aqui sobre o diminutivo, somente serão considerados diminutivos no *Diccionario da Lingua Portuguesa* aquelas palavras que obedecerem, simultaneamente, aos seguintes critérios: 1) possuir em sua estrutura sufixo que a tradição gramatical de língua portuguesa considere como diminutivo, conforme descrito aqui; 2) possuir significado entre os quais a tradição gramatical de língua portuguesa aponte como sendo os exercidos por um sufixo diminutivo, conforme aqui descrito.

Passemos, portanto, à próxima seção, no qual apresentaremos algumas análises acerca da morfologia das formas diminutivas *-inho*, *-inha*, *-sinho*, *-sinha*, *-zinho* e *-zinha*, a partir dos diminutivos que apresentam essas terminações identificados no *Diccionario da Lingua Portuguesa*.

3. *Morfologia do diminutivo -inho e suas variantes no Diccionario da Lingua Portuguesa, de Antonio de Moraes Silva*

O sufixo *-inho* e suas variantes *-inha*, *-sinho*, *-sinha*, *-zinho*, *-zinha* constituem o grupo de sufixo mais produtivo, considerando os dados que dispomos. Foram identificadas 463 palavras com esse sufixo, o que representa, aproximadamente, 63% do total de palavras que foram identificadas como diminutivas – ao todo foram encontrados 740 diminutivos. Eis alguns exemplos:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CALDEIRÍNHA, s. f. dim. de Caldeira. (vol. 1, p. 325)

GRACÍNHA, s. f. dim. de Graça. (vol. 2, p. 95)

GRANDÍNHO, adj. dim. de Grande. (vol. 2, p. 97)

DÒCEZÍNHO, adj. Algum tanto doce. (vol. 1, p. 635)

CORAÇÃOSÍNHO, s. m. dim. de Coração. (vol. 1, p. 471)

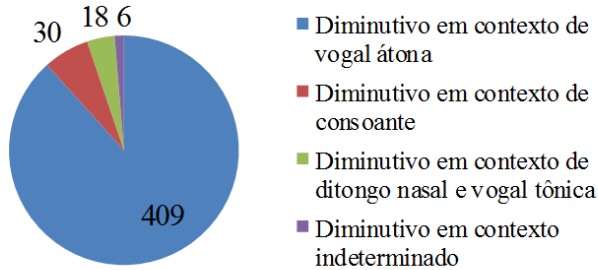
FLORZÍNHA, s. f. dim. de Flor. (vol. 2, p. 40)

PÁRTESÍNHA, s. f. dimin. de Parte. (vol. 2, p. 402)

Se considerarmos o uso desse sufixo, é possível identificar diferenças quanto à participação dessas formas sufixais. Assim, a ocorrência das formas sufixais *-inho*, *-inha* é bem mais frequente que o emprego das demais, chegando a ser cinco vezes mais – 389 contra 72; em 2 ocorrências não é possível determinar esse contexto. Transformando as informações em números percentuais, teremos que as formas *-inho* e *-inha* ocorrem em 84,017% dos exemplos que identificamos, e as formas *-sinho*, *-sinha*, *-zinho*, *-zinha* em apenas 15,550%. Em somente 0,431% das ocorrências não foi possível identificar se se trata de *-inho*, *-inha*, *-sinho*, *-sinha*, *-zinho* ou *-zinha*.

Saindo dessas informações de âmbito geral da ocorrência do sufixo *-inho* e suas variantes, é interessante considerar o contexto em que cada um dos dois grupos de formas sufixais acima ocorre, ou seja, é importante identificarmos as características terminativas das palavras a que se acrescentam as formas *-inho*, *-inha* e as formas *-sinho*, *-sinha*, *-zinho*, *-zinha*. Para isso, a partir dos dados obtidos, estabelecemos três contextos, a saber: 1) diminutivos formados a partir de uma palavra primitiva terminada em vogal átona; 2) diminutivos formados a partir de uma palavra primitiva terminada em consoante; 3) diminutivos formados a partir de uma palavra primitiva terminada em ditongo nasal ou vogal tônica. Como nem sempre é possível identificar a forma da palavra primitiva, elaboramos mais um contexto: 4) contexto indeterminado. A partir disso, obtivemos os dados seguintes:

O diminutivo -inho, -inha, -sinho, -sinha, -zinho, -zinha no DLP (Morales Silva, 1813 [1789^a]) - contextos de ocorrências



Ou seja, dos 463 exemplos de diminutivo em *-inho*, *-inha*, *-sinho*, *-sinha*, *-zinho*, e *-zinha*, 409 (88,336%) foram formados a partir de uma palavra que terminava em vogal átona; 30 (6,478%) tomaram como ponto de partida uma palavra terminada em consoante; 18 (3,887%) palavras formaram-se partindo de um ditongo nasal ou de uma vogal tônica; e em 6 (1,295%) palavras não se conseguiu identificar esse contexto, por não se ter certeza de que palavra foi tomada como ponto de partida.

Uma conclusão possível, considerando esses dados, é que o diminutivo é bem mais frequente em palavras cuja terminação é uma vogal átona, quando comparadas às palavras que terminam em consoante, ditongo nasal ou vogal tônica.

A análise dos dados ainda nos revela informações importantíssimas que podem nos oferecer pistas acerca do funcionamento de cada um desses dois grupos de formas sufixais no âmbito da língua portuguesa. Por exemplo, em contextos de palavras diminutivas formadas a partir de uma palavra terminada em vogal átona, em 90,22% dos exemplos, isto é, em 369 palavras, as formas sufi-

xais que foram acrescentadas à palavra ou à sua base foram *-inho* e *-inha*, conforme ilustram os exemplos que seguem²:

BRAVÍNHO, adj. dim. de *Bravo*. (vol. 1, p. 229)

CABRITÍNHO, s. m. dim. de *Cabrito*. (vol. 1, p. 314)

FEBRÍNHA, s. f. *Febre Branda*. (vol. 2, p. 18)

MARTELLÍNHO, s. m. de *Martello*. (vol. 2, p. 273)

Ou seja, a ocorrência das formas *-sinho*, *-sinha*, *-zinho*, *-zinha* na formação de um diminutivo a partir de uma palavra terminada em vogal átona, embora ocorra, não pode ser considerada uma característica marcante da formação de diminutivo em português, uma vez que corresponde a menos de 10% (9,779%, isto é, 40 ocorrências) do total de exemplos analisados.

Ainda com relação ao comportamento do sufixo *-inho* e suas variantes em contexto de vogal átona, é importante destacar que, das 40 palavras em que as formas *-sinho*, *-sinha*, *-zinho*, *-zinha* ocorrem como diminutivos, 10 possuem diminutivo correspondente em *-inho*, *-inha*, como verificamos em exemplos como os que seguem:

ALMASÍNHA, s. f. dim. de *Alma*. *Alminha*. (vol. 1, p. 100)

ALMINHA, s. f. dim. de *Alma*. (vol. 1, p. 101)

COPÍNHO, s. m. dim. de *Cópo*. (vol. 1, p. 468)

COPOSÍNHO, s. m. dim. de *Cópo*. (vol. 1, p. 468)

MOÇASÍNHA, s. f. dimin. de *Moça*. (vol. 2, p. 307)

MOCÍNHA, s. f. dimin. de *Moça*. V. *Moçasinha*. (vol. 2, p. 307)

VENTÍNHO, s. m. dim. de *Vento*. (vol. 2, p. 841)

VENTOSÍNHO, s. m. dim. de *Vento*. *Lusit. Transf. f. 91*

² No contexto em análise, somente em 5 exemplos (*campainha*, *fontainha*, *pintainha*, *pintainho* e *ventoinha*), as formas *-inho* e *-inha* foram acrescentadas à palavra que lhe deu origem; nos demais, são colocadas sempre após a base.

Isso pode ser mais um fato que vem corroborar o que acima referimos acerca da maior propensão de formar o diminutivo, em contexto de vogal átona, com as formas *-inho* e *-inha*.

Enquanto que a formação de diminutivo com *-inho* e *-inha* em contexto de vogal átona tem predomínio absoluto sobre a formação com *-sinho*, *-sinha*, *-zinho*, *-zinha*, o comportamento desses dois grupos de formas sufixais em contexto de consoante, isto é, diante de palavras cuja forma primitiva termina em consoante, é praticamente o mesmo – mas ainda aqui com predomínio para *-inho* e *-inha* –, uma vez que, dentre as 30 palavras que foram identificadas no dicionário em análise como dentro desse contexto, as formas do primeiro grupo são encontradas em 16 delas; as demais 14 são formadas com as formas *-sinho*, *-sinha*, *-zinho*, *-zinha*. Vejamos os exemplos abaixo:

ALVARINHO, adj. dim. de Alvar.

ANDORZÍNHO, s. m. dim. de Andor. (vol. 1, p. 132)

ANZOLÍNHO, s. m. dim. de Anzol. (vol. 1, p. 145)

CANISTRÉLZINHO, s. m. dim. de Canistrel. (vol. 1, p. 337)

COLHERÍNHA, s. f. dim. de Colhér. (vol. 1, p. 412)

COMERZÍNHO, s. m. dim. Comer. (vol. 1, p. 419)

Concluímos, portanto, a partir desses dados, que o contexto consonantal não favorece o emprego das formas consonantais do sufixo *-inho*, *-inha*, ao contrário do que ocorre com o contexto de vogal átona, o qual propicia um maior uso das formas *-inho*, *-inha*.

Acrescente-se a isso, também, o fato de que em contexto consonantal, encontram-se exemplos nos quais as formas *-inho*, *-inha* e *-sinho*, *-sinha*, *-zinho*, *-zinha* alternam-se na formação dos diminutivos, criando, assim, formas duplas, conforme abaixo:

ALTARINHO, s. m. dim. de Altar. (vol. 1, p. 106)

ALTARZINHO, s. m. dim. de Altar. (vol. 1, p. 106)

AMORÍNHO, s. m. pl. dimin. *Meus amorinhos*: expressão carinhosa. (vol. 1, p. 125)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

AMÒRZÍNHO, s. m. dimin. de Amor. *Meu amorzinho*: expressão carinhosa famil. (vol. 1, p.125)

ANIMALÍNHO, s. m. dimin. de Animal. (vol. 1, p. 135)

ANIMALZÍNHO, s. m. dimin. de Animal. (vol. 1, p. 135)

ANNELÍNHO, s. m. dim. de Annel. (vol. 1, p. 136)

ANNELZÍNHO, s. m. dim. de Annel. (vol. 1, p. 136)

O terceiro contexto que destacamos em nossas análises é aquele em que o sufixo diminutivo *-inho* e suas variantes devem ser acrescentados a uma palavra que termina em ditongo nasal ou em vogal tônica. Nesse contexto, os dados não deixam dúvida, como podemos observar a partir dos seguintes exemplos:

BORDÃOZÍNHO, s. m. dim. de Bordão. (vol. 1, p. 292)

CÃOSÍNHO, s. m. dim. de Cão. [...]. (vol. 1, p. 340)

FERRÃOSINHO, s. m. dim. de Ferrão. (vol. 2, p. 24)

MÃOSINHA, s. f. dimin. de Mão. (vol. 2, p. 266)

PÉSÍNHO, s. m. dimin. de Pé. (vol. 2, p. 442)

PÓSÍNHO, s. m. dimin. de Pó. *não tenho nem um posinho de tabaco*. (vol. 2 p. 460)

SÓZÍNHO, adj. dimin. de Só, que exprime a tristeza, ou compaixão de quem está só. (vol. 2, p. 728)

Ou seja, com palavras primitivas terminadas em ditongo nasal tônico ou em vogal tônica, não é possível formar o diminutivo acrescentando *-inho* ou *-inha*, mas somente *-sinho*, *-sinha*, *-zinho* e *-zinha*. Ao todo foram encontrados 18 exemplos de palavras nesse contexto, todas elas caracterizando-se dessa maneira.

Com base nisso, é possível afirmar que contextos de nasalidade-tonicidade³ e tonicidade favorecem o emprego destas formas, ao mesmo tempo em que impedem o uso daquelas.

³ É importante observar que os dados que dispomos somente nos permitem afirmar isso quanto às palavras oxítonas em *-ão*. Nos demais contextos, essa afirmação precisa ser verificada.

Outro aspecto relacionado aos estudos morfológicos das formas *-inho*, *-inha*, *-sinho*, *-sinha*, *-zinho*, *-zinha* que será contemplado neste estudo é o que analisa quanto à relação entre a classe a que pertence a palavra derivada e a classe da palavra que lhe deu origem. Como nem todas as palavras de nosso *corpus* tiveram a palavra primitiva identificada – o que por consequência não permite a identificação da classe a que esta pertence –, o *corpus* a partir do qual analisaremos o tema em foco fica reduzido a 457 palavras. Destas obtivemos os seguintes dados: 1) 403 são substantivos; 2) 49, adjetivos; 3) 3, verbos; 4) e 2 são advérbios⁴.

Em relação aos substantivos, 399 são originados a partir de outros substantivos, 3 têm origem em adjetivos e 1 em um verbo. Abaixo seguem os exemplos destes últimos:

BENTÍNHO, s. m. Pequeno escapulario bento, que se traz no pescoço. (vol. 1, p. 278)

MOLLÍNHA, s. f. Chuviscos. (vol. 1, p. 312)

COMERZÍNHO, s. m. dim. Comer. (vol. 1, p. 419)

VELHOSÍNHO, s. m. Velho fraco, e cançado. (vol. 2, p. 837)

Os adjetivos têm um comportamento semelhante aos substantivos, pois somente 2 deles têm origem em outra classe de palavra que não o próprio adjetivo – ambos originados em substantivos:

FRESQUÍNHO, adj. dim. de Fresco. (vol. 1, p. 60)

VELHAQUÍNHO, adj. dimin. de Velhaco. (vol. 2, p. 837)

Já todos os advérbios diminutivos encontrados junto ao DLP têm origem em outros advérbios⁵. Já os verbos diminutivos

⁴ A indicação da classe a que pertencem as palavras que estão sendo analisadas ao longo deste texto é a mesma feita por Moraes Silva em seus respectivos verbetes da obra em análise.

⁵ As respectivas palavras a partir das quais se formam os advérbios diminutivos aqui citados (*manso* e *passo*) também são apontados no DLP como podendo ser empregados, respectivamente, como adjetivo e substantivo.

todos têm origem em substantivos⁶. Eis os advérbios e os verbos diminutivos existentes nesse dicionário:

MÃNSOSÍNHO, adv. dimin. de Manso. *Men. e Moça, f. 37*. ‘estava tangendo a fruta *mansosinho*;’ i. é, em som mui baixo, mui piano. (vol. 2, p. 262)

PÁSSOSÍNHO, adv. De vagarinho, de mansinho. *Men. e Moça, f. 48*. ‘fallai *passosinho*.’ (vol. 2, p. 409)

CHAPINHAR, v. n. Mover a agua por brinco dando de chapa com as mãos, ou pés.

CUSPINHÁR, v. n. Cuspir a miúdo.

MOLLINHÁR. v. n. Chuviscar. *Leão, Ortogr. f. 333. ult. Ediç.* (vol. 2, p. 312)

[CHOVISCÁR, v. n. Caír chuva miuda. (vol. 1, p. 392)]

Desse modo, a relação entre a classe a que pertence a palavra com as formas sufixais em análise e a classe da palavra que lhe deu origem pode ser assim sintetizada: 448 diminutivos são da mesma classe da palavra que lhes deu origem; 9 pertencem a classe diferente. Com base nesses dados, verificamos, portanto, que o diminutivo *-inho* e suas variantes muito pouco proporcionam a mudança de classe de palavra, quando se compara a palavra com o diminutivo e a palavra primitiva.

Para finalizar essa nossa breve análise acerca de alguns aspectos da morfologia das formas sufixais diminutivas *-inho*, *-inha*, *-sinho*, *-sinha*, *-zinho* e *-zinha*, queremos destacar a relação entre o gênero da palavra primitiva e o gênero do diminutivo. Para isso, restringiremos, novamente, o nosso *corpus* de análise para 452 palavras⁷, cujas palavras primitivas – e por consequência o gênero de

⁶ Consideramos ser origem de *chapinhar*, *cuspinhar* e *mollinhar*, respectivamente, *chapinha*, *cuspinho* e *mollinha*, todas presentes no *Diccionario da Lingua portugueza*.

⁷ Entre as palavras que compunham o *corpus* a partir do qual analisamos a relação entre a classe de palavra do diminutivo e a classe da palavra primitiva, 5 – 3 verbos e 2 advérbios – não possuem gênero. Como o nosso objetivo é contrastar o gênero do diminutivo com o gênero da palavra primitiva, não consideraremos essas 5 palavras, motivo por que o *corpus* fica reduzido de 457 para 452 palavras.

cada uma delas – puderam ser identificadas, das quais 49 são adjetivos e 403, substantivos⁸. Os dados nos indicam que somente em 10 ocorrências o diminutivo não possui o mesmo gênero da palavra a partir da qual se formou, ou seja, as outras 442 palavras conservam o gênero da palavra primitiva.

Vemos, portanto, a partir dos dados apresentados, que os diminutivos formados em *-inho* e suas variantes pouco mudam de gênero em relação à palavra a partir da qual se formaram. Todos os que mudaram, no entanto, são substantivos, como os abaixo:

ARVOREZÍNHO, s. m. dim. de Arvore. Ant. (vol. 1, p. 202)

CEBOLÍNHO, s. m. Semente, e planta da cebola. (vol. 1, p. 368)

OSTRÍNHO, s. m. Pequeno marisco menor que ostra. *Lus.* V. 79. *Elegiada*, f. 54. (vol. 2, p. 375)

E com essas informações, finalizamos a nossa breve descrição da morfologia das formas sufixais *-inho*, *-inha*, *-sinho*, *-sinha*, *-zinha* e *-zinha* no *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva.

4. Conclusões

O sufixo diminutivo em português, ao mesmo tempo em que possui uma longa tradição de ser contemplado nos estudos que se ofereceram sobre essa língua desde o século XVI, não possui, ainda, um estudo que o contemple, na perspectiva morfológica, por exemplo, elaborado a partir de textos de diferentes fases da história da língua portuguesa. Em outras palavras, está ainda por ser feita a história do sufixo diminutivo em português.

O texto que aqui apresentamos, embora os seus objetivos sejam modestos – se considerarmos a tarefa árdua que é fazer a

⁸ Em relação ao gênero das palavras que fazem parte do *corpus* aqui analisado, respeitaremos a indicação feita por Moraes Silva nos respectivos verbetes da obra em análise, assim como já fizemos em relação à indicação de suas classes de palavra.

história do diminutivo português –, traz importantes informações acerca de alguns aspectos da morfologia do diminutivo *-inho* e suas variantes *-inha*, *-sinho*, *-sinha*, *-zinho*, *-zinha* no *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva (1813), as quais, por sua vez, já podem fornecer boas pistas para a história desse sufixo ao longo da história da língua portuguesa.

Desse modo, diante do que foi exposto, algumas informações merecem ser destacadas, a título de *conclusões*. Por exemplo: o sufixo *-inho* e suas variantes constituem as formas sufixais diminutivas mais representativas dentre as que se fazem presentes no DLP. Estas formas, por sua vez, têm comportamentos diferentes, de acordo com a terminação da palavra primitiva, a saber: 1) se termina em vogal átona, *-inho* e *-inha* são as formas preferidas para a formação do diminutivo, sendo também empregadas as outras, mas em bem menor proporção – em menos de 10% dos exemplos; 2) mas se a palavra primitiva termina em ditongo nasal ou vogal tônica, somente se encontram diminutivos em *-sinho*, *-sinha*, *-zinho*, *-zinha*; 3) já quando a palavra primitiva termina em consoante, tanto as formas vocálicas quanto as consonantais desse sufixo podem ser empregadas. Ou seja, há contextos que favorecem o emprego de uma dessas formas, em detrimento das outras.

A partir do exposto no parágrafo anterior, vemos que as formas *-inho* e *-inha* são as mais recorrentes na formação dos diminutivos analisados, ainda mais porque os contextos em elas pouco superam as outras formas (contexto de palavra primitiva terminada em consoante) ou não ocorrem (contexto de palavra primitiva terminada em ditongo nasal e vogal tônica) correspondem somente a 10% do total de palavra analisadas.

Outra conclusão a que os dados nos permitem chegar, quanto às formas sufixais que aqui estão sendo objeto de estudo, é que elas são típicas dos nomes (substantivos e adjetivos). Vejamos: de todas as palavras do nosso *corpus*, somente há 5 palavras (3 verbos e 2 advérbios) que não são nomes, e ainda assim consideramos os verbos serem formados a partir de substantivos.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Também analisamos aqui o sufixo *-inho* e suas variantes em relação ao gênero do diminutivo com essas mesmas características da palavra primitiva. Nesse aspecto, acreditamos ter ficado demonstrado que essas formas sufixais têm a propriedade que chamaremos de *status quo*, ou seja, raramente alteram as características anteriores ao surgimento do diminutivo.

Por fim, quero fazer duas observações: 1) as informações acima, embora tenham como base o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, podem ter uma validade bem maior, uma vez que obtidas a partir da análise de um dicionário de uso geral elaborado com base em cerca de 300 textos (impressos e manuscritos) de mais de 200 autores, conforme destaca Murakawa (1984, p. 26s, *apud* VERDELHO, *op. cit.*, p. 482), desde o século XVI; 2) como pôde ser observado, ao longo do texto, não apresentamos os porquês de determinado fato ser deste ou daquele jeito. Na verdade, ainda não era o nosso objetivo, caracterizado mais por seu enfoque descritivo que por busca das causas que geraram tais fatos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, João de. *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone: Typographum Ludouicum Rotorigiũ, 1540.
- BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras em português do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FONSECA, Pedro José da. *Rudimentos da grammatica portugueza*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da lingua portuguesa*. 2. ed. 2 v. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books/about/Diccionario de lingua portuguesa.html?id=GI8MAQAAMAAJ&redir_esc=y](http://books.google.com.br/books/about/Diccionario_de_lingua_portuguesa.html?id=GI8MAQAAMAAJ&redir_esc=y)>. Acesso em: 01-05-2013.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975.

PORTO-DAPENA, José Alvaro. *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco/Libros, 2002.

REIS LOBATO, Antônio José dos. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.

PORTO-DAPENA, José Alvaro. *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco/Libros, 2002.

VERDELHO, Telmo. O dicionário de Moraes Silva e o início da lexicografia moderna. In: _____. *História da língua e historia da gramatica: actas do encontro*. Braga: Universidade do Minho/ILCH, 2003, p. 473-490.

**QUERELAS GRAMATICAIS
ENTRE SOLANO E BARBOSA:
UM AUXILIAR NA CONSTITUIÇÃO
DO SABER LINGUÍSTICO BRASILEIRO
NO SÉCULO XIX**

Márcia Antonia Guedes Molina (UFMA)
maguemol@yahoo.com.br

RESUMO

Sabemos que o século XIX constitui um momento ímpar na consolidação de nosso saber linguístico. Em seu último quartel deu-se o que Auroux (1992) chama de gramatização, ou seja, foram dadas a público obras gramaticais feitas por brasileiros a serem utilizadas nas escolas brasileiras, seguindo o programa de exames idealizado por Fausto Barreto para o Colégio Pedro II, muitas das quais de inspiração no modelo histórico-comparativo. Além disso (e por causa disso), no final do século, estudiosos, uns, adeptos aos preceitos das anteriores obras de inspiração filosófica, opunham-se àqueles outros, seguidores das de inspiração no modelo histórico-comparativo. Essas duas maneiras de se conceberem os estudos gramaticais geravam polêmicas que ganhavam notícia, como o famoso embate entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro, já na virada para o século XX. Observamos, contudo, que essas querelas aconteciam até mesmo muito antes desses fatos. Nosso objetivo neste trabalho é, pois, analisar as provocações a Soares Barbosa, feitas por Solano Constâncio em sua gramática (*Gramática Analítica da Língua Portuguesa*), avaliando os conteúdos apontados por este, considerados "erros" na gramática daquele (*Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*), no que diz respeito à preposição, tomando por base, quando necessário, a obra gramatical de um outro importante estudioso do século: Sotero dos Reis (*Gramática da Língua Portuguesa*). Ancoramos nossos estudos na *História das Ideias Linguísticas* (AUROUX, 1992) e Fávero & Molina (2006), além de estudiosos da história cultural (CHARTIER, 1998) e de estudiosas da obra de Soares Barbosa, Hilma Ranauro (2015) e Leonor Lopes Fávero (1996).

Palavras-chave: Século XIX. Gramáticas. Francisco Solano Constâncio. Jerônimo Soares Barbosa. Embates. Preposição.

1. Introdução

Sabemos que o século XIX constitui um momento ímpar na consolidação de nosso saber linguístico. Em seu último quartel deu-se o que Auroux (1992) chama de gramatização, ou seja, foram dadas a público obras gramaticais feitas por brasileiros a serem utilizadas nas escolas brasileiras, seguindo o programa de exames idealizado por Fausto Barreto para o Colégio Pedro II, muitas das quais de inspiração no modelo histórico-comparativo. Além disso (e por causa disso), no final do século, estudiosos, uns, adeptos aos preceitos das anteriores obras de inspiração filosófica, opunham-se a aqueles outros, seguidores das de inspiração no modelo histórico-comparativo. Essas duas maneiras de se conceberem os estudos gramaticais geravam polêmicas que ganhavam notícia, como o famoso embate entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro, já na virada para o século XX.

Observamos, contudo, que essas querelas aconteciam até mesmo muito antes desses fatos, já ocorriam na fase *vernaculista* delimitada por Sílvio Elia (1970) momento em que nossos estudiosos, de tradição portuguesa, produziam suas obras que acabavam sendo utilizadas no Brasil também.

Nesse período conviveram gramáticos tanto de preocupação totalmente purista, quanto representantes de uma geração ansiosa por afirmação, autonomistas e separatistas. (ELIA, 1970)

É nesse momento ímpar, de contradições e embates, que se situa nosso trabalho. Nosso objetivo é analisar as provocações a Soares Barbosa (1875), feitas por Solano Constâncio (1855), em sua gramática (*Gramática Analítica da Língua Portuguesa*), em especial na parte em que trata da etimologia, restringindo nossas análises à seguinte classe de palavras: preposição⁹. Esclarecemos que ambos os autores produziram suas obras no período vernaculista, e nelas cotejaremos os conteúdos apontados por este, considerados "erros" na gramática daquele (*Gramática Filosófica da*

⁹ As críticas feitas pelo autor em outras classes de palavras foram objeto de análise em: Solano Constâncio e Soares Barbosa: *embates gramaticais*, 2015, no prelo.

Língua Portuguesa). Para que não corremos o risco de avaliar o objeto com nosso olhar hodierno, cotejaremos a preposição nas obras desses estudiosos, tomando como contraponto a de um outro importante gramático do período: Sotero dos Reis (*Gramática da Língua Portuguesa*).

Ancoramos nossos estudos na história das ideias linguísticas Auroux (1989, 1992), Orlandi (2001) e Fávero & Molina (2006). E como toda a obra insere-se num determinado contexto histórico e, assim, acaba por revelar as concepções as influências do período, valer-nos-emos também de estudiosos da história cultural, como (CHARTIER, 1998), de Ranauro (2015) e Fávero (1996), estudiosas de Soares Barbosa.

2. *Dos autores*

1.1 Jerônimo Soares Barbosa¹⁰

Filho de Manuel Freire de São Lázaro e Violante Rosa Soares, nasceu no primeiro quartel do século XVII, estudou no Seminário Episcopal de Coimbra, fundado pelo bispo D. Miguel da Anunciação. Formou-se em direito canônico. Foi sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, catedrático de Retórica e Poética no Colégio das Artes e teve como função a inspeção das escolas de Primeiras letras e de língua latina, em Coimbra. Além disso, foi deputado e dirigiu edições de clássicos para escolas. Morreu em Almedina (Portugal), em 1815.

Publicou¹¹, além da *Gramática Filosófica*:

- *Oratio Auspicalis, Habitaе Conimbricae in Gymnasio Maximo*, 1767;
- Instituições Oratórias de Marco Fábio Quintiliano, 1788;
- *Análise d'Os Lusíadas*;

¹⁰ Que passaremos a chamar de Soares Barbosa.

¹¹ Disponíveis em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jer%C3%B4nimo_Soares_Barbosa>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- "As duas línguas", uma gramática filosófica comparada do português e do latim;
- "Escola popular das primeiras letras dividida em quatro partes" (1796), uma gramática elementar do português com instruções destinadas aos mestres-escola;
- Poética, tradução e explicação da obra de Horácio, 1791;
- *Oratio in gratiarum actionem Josepho I, Lusitanorum regi fidelissimo, habita Conimbricae in Gymnasio publico, & coram frequenti Academia V. Non.* Outubro, 1766.
- *Epitome Universae et Lusitanae*
- Mundo Alegórico ou O Plano da Religião Cristã

1.2 Francisco Solano Constâncio

Francisco Solano Constâncio (1772-1846), nasceu em Portugal, Lisboa, em julho de 1777, formou-se em medicina pela Universidade de Edimburgo. Exerceu a atividade de diplomata e jornalista, destacando-se com a publicação de diversos textos de liberais portugueses. Exatamente por isso e receando as consequências da sua simpatia pelo ideário da Revolução Francesa, emigrou do país, em 1808. Percorreu toda a Europa, fixando-se em Paris. Nessa cidade publicou o *Observador Lusitano*, os *Annaes e Novos Annaes das Sciencias e das Artes*, em 1827. Possui vasta bibliografia, destacando-se temas relacionados à economia política.

3. Visão geral das obras

3.1. Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (Jerônimo Soares Barbosa)

A *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (ou Princípios da Gramática Geral Aplicados à Nossa Linguagem)*¹², lança-

¹² Para facilitar a leitura, procedemos à atualização ortográfica dos nome e dos conteúdo das obras estudadas.

da nos primórdios do século XIX¹³, é ancorada nas obras de inspiração filosófica do séc. XVIII, é, de acordo com Ranauro (2015) baseada, em especial, na *Gramática de Port-Royal* (1660). Muitas vezes reeditada, a *Gramática Filosófica* foi formadora de muitos dos intelectuais do período. Para este trabalho, valemo-nos da edição de 1875.

Seguindo a tradição greco-latina, a obra vem dividida em 04 livros: no primeiro, o autor traz um tratado da ortografia, intitulado “Da ortografia ou da boa pronúncia da língua portuguesa”, no II, “Da ortografia ou da boa escritura da língua portuguesa” no III, Da etimologia ou partes da oração portuguesa e o IV Da sintaxe e construção. Precedem esses livros a "Introdução", momento em que o autor "condena o ensino da língua fundamentado na memorização pura e simples das regras com base no *uso*". Para Barbosa, o ensino deveria c ater-se às "razões das práticas do uso". (BARBOSA, 1875, p. XIV), assim, define a gramática como “um sistema metódico de regras que resultam das observações feitas sobre os usos e fatos das línguas”. (BARBOSA, 1875, p. XI).

É na Introdução que pontua o método adotado na obra, afirmando seguir os princípios da gramática geral, especificando que

as regras propostas por este método reduzem-se a menos, porque se unem ao mesmo princípio; percebem-se melhor, porque se sabe a razão d’elas; e afixam-se mais na memória, porque se ligam umas com às outras. (BARBOSA, 1881, p. XV)

Para o autor, o método facilita o aprendizado de todas as línguas, levando o aluno a compreender o porquê dos fatos linguísticos (RANAURO, 2015). São os princípios da gramática geral, um século depois, adotados por Chomsky, que orientam seus ensinamentos.

Ranauro (*op. cit.*) informa que o autor se inspira nos “defeitos” encontrados nas obras de Fernão de Oliveira, João de Barros e

¹³ 1ª edição, póstuma, data de 1822, mas, diz-se que fora escrita muitos anos antes, visto que sua Introdução data de 1803.

outros gramáticos para corrigi-los, esclarece que o gramático também que se baseara em “quase em tudo” na *Grammatica da Lingua Castelhana* (*Gramática de la Lengua Castelhana*, de António Nebrija, composta pela Real Academia Hespanhola em 1492).

Depois, na sequência, passa a dedicar-se a cada um dos livros propostos em sua obra.

3.2. Gramática Analítica da Língua Portuguesa (Francisco Solano Constâncio)

A obra do autor parte também dos princípios da gramática geral e particular, visto que em seu *Proêmio*, assevera o autor:

As línguas, ainda antes de serem escritas, têm regras invariáveis, as quais derivam da relação natural que existe entre as nossas sensações, ideias e pensamentos, e por conseguinte entre as vozes com que os exprimimos. Por isso, apesar da imensa diversidade de línguas que são ou foram faladas no globo, nota-se entre elas as mais delas grande conformidade de estrutura, ainda quando seus radicais são inteiramente diferentes. (p. 1)

Contudo, mostrando-se já conhecedor dos princípios da gramática histórico-comparativa que começava a fazer escola, continua:

Isso se verifica comparando as línguas da família arábica com as sanscricas, e as dos indígenas de quase toda a América com precedentes. Em umas aparece como desinência o que em outras é uma palavra inteira e não contrata (...)

Mas reforçando sua filiação nos princípios das obras de inspiração filosófica, prossegue (...) mas todas as línguas têm em comum regras ou princípios que constituem a gramática geral ou filosófica. (p. 2)

Opondo-se, contudo, aos que tomavam a língua portuguesa como a latina, explica, na crítica:

Erraram, pois, os autores que para a gramática portuguesa tomaram por base a latina: e trabalharam às cegas os que pretenderam tomar por único guia os princípios da gramática geral, como se o português fosse uma língua primitiva. Os críticos rigoristas que tanto tem

declamado contra os galicismos modernamente introduzidos em português, parecem ignorar que desde a sua origem ele está cheio de palavras e expressões francesas. (p. 3)

Depois de pontuar sua filiação, apresenta a obra, rompendo com a tradição, dividida em cinco partes: Parte Primeira: Das letras ou caracteres vocais; Parte Segunda: Das partes da oração; Parte Terceira: Das partículas da oração; Parte Quarta: Da sintaxe; Parte Quinta: Da prosódia.

Ao longo de seu texto, chama vários estudiosos, na maioria das vezes, criticando-os, apontando seus “erros” e os corrigindo, mas o mais atacado durante todo o texto é Jerônimo Soares Barbosa (Jerônimo Soares Barbosa). Veremos na sequência, os pontos em que Solano Constâncio mais ataca aquele estudioso, quando discorre sobre a preposição.

4. *Solano Constâncio e Soares Barbosa: embates gramaticais*

Muitos são os gramáticos criticados por Solano Constâncio em sua obra. De Fernão de Oliveira a Nebrija, todos são vítimas da pena rigorosa do estudioso, mas nada que se compare às inúmeras censuras tecidas à Soares Barbosa. Durante praticamente toda a obra, os preceitos deste são revistos por aquele, sobretudo nas partes I e II da obra. Dada a limitação espacial a que estamos submetidos, restringiremos nossas análises, portanto, à classe de palavras já especificada anteriormente.

Solano Constâncio começa a preposição, conceituando-a:

As preposições ou partículas prepositivas são assim denominadas porque na oração precedem os vocábulos cuja relação estabelecem com os antecedentes, achando-se na construção regular entre os dois membros. (p. 141)

Na sequência, já critica seu oponente:

As preposições portuguesas são mais ou menos compostas, e nenhuma é *simples ou derivada*, como afirma gratuitamente o Sr. J. S. Barbosa, que exclui todos os termos polissílabos do número de preposições. É notável que, por uma inconsequência inexplicável, admita

este autor como preposições as seguintes: ante, após, contra, desde, entre, sobre, que por certo não são monossílabos. (p. 141).

Jerônimo Soares Barbosa, em sua gramática, traz um significativo estudo das preposições, explicando que elas, como os verbos, são partes conjuntivas, esclarecendo que, contudo, diferentemente do verbo, não combinam dois termos da proposição¹⁴, visto que conjuntam apenas as palavras que servem de complementos, ou ao sujeito, ou ao atributo, ou ao verbo da mesma oração. Informa também, que, contrariamente ao verbo, a preposição estabelece uma relação de determinação; a preposição, esclarece ainda, indica uma ideia e esta é geral e “simplicíssima, qual é a relação de complemento em que um objeto está para com outro” (p.219), já o verbo fornece inúmeras informações, como “o modo de enunciação”, o número e pessoas, o atributo (p. 216). Na mesma toada, informa que a preposição é sempre uma palavra “indeclinável e invariável”, *simples* e não composta, *primitiva e não derivada*.

Continuando a discorrer sobre as preposições Jerônimo Soares Barbosa traz uma relação de 40 palavras, dizendo que são aquelas consideradas preposições pelos gramáticos, mas, informa, dessas, apenas 16 são efetivamente preposições: a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, per, por, sem, sob, sobre. Reforça sua afirmação asseverando: “As mais todas ou são nomes ou advérbios, e como tais devem ser tirados da posse injusta em que as puseram nossos gramáticos”. (p. 221)

Ranauro (2015, p. 470) esclarece que, no estudo das preposições, Jerônimo Soares Barbosa

atenta principalmente para aspectos semântico-estilísticos, sem descurar dos aspectos sintático-funcionais. Parte das ilações ‘lógicas’ quanto aos aspectos semântico-estilísticos na divisão/distribuição das preposições (norma e usos no discurso) (...).

Solano Constâncio finaliza sua crítica, informando:

¹⁴ Lembremo-nos de que para o autor, ancorado na *Grammaire* de Port-Royal, o verbo por excelência era o verbo ser, cuja função era ligar o sujeito ao seu atributo.

O que iludiu o Sr. J. S. Barbosa foi o não ter conhecido a fundo a natureza e constituição elementar das partículas, havendo só considerado a sua colocação na frase, e admitido por uma suposição gratuita, que uma preposição não pode ser precedida ou seguida de outra, nem empregada em sentidos diferentes. *Até*, que o autor reconhece como preposição genuína, se torna advérbio nas frases seguintes, e em muitas outras: *até por isso, até para, até entre, etc.* (...). (p. 143)

Como contraponto, tomando a obra de Sotero dos Reis (1871), em relação à preposição, informa esse estudioso: "é uma parte invariável da oração que exprime uma relação entre duas palavras ou entre um termo *antecedente* e outro *consequente*, ligando o segundo ao primeiro". (p. 159)

E admite mais de 40 palavras ou expressões como preposições, considerando-as, como Jerônimo Soares Barbosa, tanto simples como compostas.

Como vimos, não havia consenso entre eles em relação a esta classe de palavra¹⁵, mas Sotero se alinha à posição de Jerônimo Soares Barbosa, até mesmo porque esse autor fez escola no Brasil. Sublinhamos, contudo, que os questionamentos de Solano Constâncio alertaram muitos estudiosos do século XIX e início do XX a olharem cientificamente à língua, dentre esses, destacamos Eduardo Carlos Pereira, que em sua *Gramática Expositiva (Curso Superior)*, em vários momentos, menciona os ensinamentos de Solano Constâncio.

5. *Considerações finais*

Antes de iniciarmos esta parte, temos de verbalizar nossa estupefação ao encontrar tantas críticas à obra de Soares Barbosa, esquecido por alguns, lembrado e seguido por inúmeras obras do século XIX, dada sua profundidade e vanguardismo, na obra de Solano Constâncio.

Fávero (1996) pontua:

¹⁵ E em várias outras classes de palavras, apontadas em produção já mencionada (no prelo).

A *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* é para muitos uma obra presa à tradição greco-latina e à *Grammaire de Port-Royal*. A análise que aqui se fez procurou mostrar que se ele se inspirou na tradição greco-latina, em Sánchez, Port-Royal e enciclopedistas, esta dependência não põe em risco a novidade da *Gramática* e certos aspectos que ela levanta são muito caros à linguística moderna (...) (p. 252)

Ranauro (2015) assevera:

Trata-se, na realidade, o que constatamos em vários momentos de nosso trabalho, de um pré-conceito em relação, à princípio à própria gramática filosófica em si, frequentemente acusada de basear-se em princípios estatuidos *a priori*, com base na ciência da lógica, o que não corresponde à realidade quando se trata de uma gramática de uma língua particular, que parte exatamente dos fatos dessa língua, como não poderia deixar de ser. (p. 457)

Conforme íamos lendo Solano Constâncio e assinalando os momentos em que não deixava de renegar seu “colega”, quis-nos parecer que a grande crítica é que Soares Barbosa demonstra real apego à tradição greco-latina, tomando a língua portuguesa como a latina.

Além disso, em determinados pontos da obra, pareceu-nos enxergar uma pitada de ressentimento, visto que a *Gramática Filosófica* fora financiada pela imprensa régia, chegando a afirmar, quando discute, no gênero, o dual: "Não compreendo como pôde cair em tal erro o Senhor Jerônimo Soares Barbosa, na sua *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, que a Academia de Ciências de Lisboa a imprimiu a suas custas em 1822". (p. 42). Remontando a Elia (1975), ousamos dizer que Soares Barbosa seria representante do que chamou de geração de puristas, enquanto Solano Constâncio da geração de autonomistas e separatistas.

Lembrando as representações que se faziam no período em relação à língua e ao estudioso de gramática (CHARTIER, 1998) e Ventura (1995), para quem "o progresso e a modernização foram questões centrais para os letrados do século XIX" (p. 40), julgamos que, por isso, talvez, Solano tenha realçado em sua obra a importância do espírito científico, frisando em vários momentos que

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

a língua portuguesa não era, como queriam muitos, "espelho da latina"¹⁶.

Ao enxergar a língua como objeto de investigação científica e apontar o que faziam os que não a tinham como tal, ensejou questionamentos que contribuíram muito para e com o avanço dos estudos gramaticais, cunhando, assim, seu nome na história das ideias linguísticas no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNAULD, A.; LANCELOT. *Gramática de Port-Royal*. Trad.: Bruno Fregni Bassetto. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: UNICAMP, 1992.

_____. *Histoire des idées linguistiques*. Paris: Pierre Mardaga, 1989.

BARBOSA, J. S. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1875.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad.: Mary Del Priore. Brasília: UnB, 1998

ELIA, S. *Ensaios de filologia e linguística*. Rio de Janeiro: Littera, 1975.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. *Concepções linguísticas no Brasil: século XIX. A gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

_____. *As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas: Unicamp, 1996.

¹⁶ Nesse sentido, lembramos o nome da obra de Argote: *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina, ou Disposição para Facilitar o Ensino da Língua Latina pelas Regras da Portuguesa*, 1725.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

RANAURO, H. *Para compreender uma gramática filosófica: uma análise crítica e comparativa da Grammatica philosophica da língua portuguesa* de Jerônimo Soares Barbosa. Rio de Janeiro: Alternativa, 2015.

REIS, F. Sotero dos. *Gramática portuguesa*. Maranhão: Typ. de R. Almeida e editores, 1871.

SOLANO, F. C. *Grammatica analytica da lingua portugueza*. Portugal: Casa de J. P. Aollaud, Monlon, E.C, 1855.

VENTURA, R. *Estilo tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

**TEXTOS SETECENTISTAS E OITOCENTISTAS:
A ESTRUTURA [NÃOVNÃO] EM FOCO**

Vivian Canella Seixas (UFOP)

vi_seixas@yahoo.com.br

RESUMO

No quadro da negação sentencial no português brasileiro, este trabalho busca descrever as realizações das estruturas negativas sentenciais na língua portuguesa do Brasil em textos de autores brasileiros dos séculos XVIII e XIX e, de uma forma mais específica, procura caracterizar apenas a negativa [NãoVNão], tida como forma inovadora no português brasileiro atual. Na pesquisa, foram utilizados dois corpora: i) correspondências privadas, obra literária e peça de teatro do século XVIII; ii) correspondências privadas, correspondências publicadas em jornais e editoriais de jornais, obras literárias e peças de teatro do século XIX. Quanto à implementação da estrutura [NãoVNão], investiga-se o período em que aparece na escrita da língua portuguesa do Brasil. Quanto à sua transição, busca-se descrever o percurso no processo da mudança linguística: da estrutura [NãoV] para a [NãoVNão]. Ainda, em relação à transição da referida estrutura, propomos a hipótese de que o uso do ponto e vírgula indica que havia uma pausa ainda maior do que a da vírgula separando o segundo não, quando da implementação desta estrutura. Esta hipótese descreve o percurso da mudança linguística em três etapas: 1) um primeiro momento em que o segundo não era separado da estrutura oracional por um ponto e vírgula; 2) no segundo momento, havia o uso da vírgula para separar o segundo não da estrutura oracional; e 3) por fim, houve a queda da vírgula. No que diz respeito à origem desta estrutura, esta investigação busca corroborar, ou não, hipótese de ordem semântico-pragmática proposta por Biberauer e Cyrino (2009). O arcabouço teórico-metodológico adotado nesta pesquisa é o da Teoria da Variação e Mudança, de Labov (1972; 1994).

Palavras-chave: Português Brasileiro. Língua Portuguesa do Brasil.

Negação sentencial. Estrutura inovadora [NãoVNão].

1. Introdução

A negação, considerada um universal linguístico, foi e continua sendo tema de grande interesse de estudiosos da língua. E, além de ser um recurso utilizado em todas as línguas, sabe-se que cada uma delas apresenta suas estratégias particulares para expres-

sar este fenômeno. Tal fato viabiliza múltiplas possibilidades de análises e de discussões, seja qual for o enfoque a ser adotado na investigação.

Tendo isso em mente, cabe mencionar que o português brasileiro é uma língua rica na expressão das negativas e, apesar do estudo dessas estruturas não ter sido um tema de grande interesse por parte dos gramáticos tradicionais, muitos trabalhos sobre esse fenômeno descreveram as construções negativas utilizadas no português brasileiro, tanto em sincronias presentes, quanto em pretéritas.

Nesse contexto, este trabalho fez um levantamento das negativas sentenciais na língua portuguesa do Brasil¹⁷ em textos de autores brasileiros dos séculos XVIII e XIX. Além disso, serão feitas considerações acerca da implementação, da transição e da origem de uma estratégia de negação presente no português brasileiro: a estrutura negativa sentencial [NãoVNão] que apresenta, concomitantemente, o elemento negativo *não* anterior e posterior ao verbo.

Retomando o fato de inúmeros autores, de diversas correntes teóricas, terem abordado o tema da negação, serão apresentadas aqui, algumas definições que serviram de reflexão para esta pesquisa. Assim, primeiramente, mencionamos Casagrande (1973, p. 1), pois, em sentido amplo e básico, define a negação como aquela que compreende qualquer frase negativa que se opõe a uma frase afirmativa. Já em sentido estrito, para o autor a negação é o vocábulo, ou partícula que torna negativa uma frase que, sem tal elemento, seria afirmativa.

Por sua vez, remetendo aos estudos sobre a negação no âmbito da lógica clássica, Horn (1989) menciona que aquilo que é entendido por negação sentencial pode ser tratado de duas formas distintas: uma, a lógica aristotélica, que é baseada em termos; a

¹⁷ A língua escrita investigada nos séculos XVIII e XIX deve ser denominada desta forma, pois ainda não podia ser tratada como português brasileiro (Profa. Dra. Jânia Ramos, em comunicação pessoal).

outra, a lógica estoica, baseada em proposições. Para Aristóteles, a negação é substancialmente uma negação do predicado ou da relação existente entre o sujeito e o predicado. Por outro lado, para os filósofos estoicos, a negação é uma operação que age sobre toda a proposição, alterando o valor de verdade desta. Assim, conforme os filósofos estoicos, há uma afirmação da falsidade da sentença afirmativa e não uma negação da relação de predicação sobre o sujeito, como proposto por Aristóteles.

Por sua vez, sob uma perspectiva variacionista, vertente que nos serviu de aporte, Alkmim (2001, p. 2) ao referir-se à negação, afirma que esta é, em línguas naturais, mais complexa do que em lógica ou em matemática. Na maioria das vezes, a absoluta simetria que é concebida entre proposições afirmativas e negativas na lógica não é refletida em linguagem natural, propiciando, assim, um debate que envolve a negação enquanto entidade da lógica formal e sua discutível equivalência com elementos da linguagem natural. Ainda, conforme a autora, levando em consideração todas as abordagens linguísticas que tratam da negação no português brasileiro, as construções negativas são apresentadas como aquelas que possuem um item negativo presente, seja ele o elemento *não*, um *quantificador*¹⁸ ou um *advérbio*¹⁹ *negativo*, a preposição *sem*, a conjunção *nem* e itens que os gramáticos chamam de “reforço da negação”, ou *itens de polaridade negativa*, como em “Ela não deu um pio” (conforme nomenclatura de Ilari, 1984).

Assim, a partir dessa perspectiva que analisa a negação no âmbito sentencial, apresentamos os tipos de estruturas²⁰ que foram identificadas no *corpus* delimitado (cf. *Metodologia*), a saber:

¹⁸ São considerados como quantificadores negativos os itens *nada*, *nenhum(a)* e *ninguém*. É importante mencionar que em alguns casos o item *algum(a)* ocorre com o sentido de negação do item *nenhum(a)*.

¹⁹ São considerados como advérbios negativos os itens *jamais* e *nunca*.

²⁰ No decorrer do trabalho, as estruturas exemplificadas em (1-10) serão representadas, respectivamente, por [NãoV], [NãoVNão], [VNão], [NegVNeg], [AdvV], [QuantV], [NemV], [SemV], [Não+Elipse], [Nem+Elipse], em que se focaliza a ordem da negação em relação

- (1) “*Não* conhecem a subordinação.”
- (2) “*Não* enganam não, *primo*.”
- (3) “Tem graça, *não* senhora!”
- (4) “*Ninguém* viu *nada*.”
- (5) “[...] e prol quitação da dita divida, para mais *nunca* Serpedida, ou Repetida por elle.”
- (6) “Que *ninguém* intenda.”
- (7) “[...] por causa de não depender *nem* ter posses.”
- (8) “*Sem* expôr a Provincia.”
- (9) “[...] esta Sim lhe cedeo a irança e *naõ* as terras que’ legitimamente heram essaõ do Sup.te como em todos os documentos”.
- (10) “Parece que não tem eztes homens, *nem* tem justicias, que os castigem *nem* Rey, que os governem”.

O exemplo (1) apresenta a partícula *não* na posição pré-verbal, a qual está imediatamente adjacente ao verbo, e que aqui será representada por [NãoV]. O exemplo (2) apresenta a partícula *não* na posição pré e pós-verbal, e tem como resultado a sequência [NãoVNão]. O exemplo (3) apresenta a partícula *não* na posição pós-verbal, representada por [VNão]. O exemplo (4) apresenta dois itens negativos distintos, um anterior e o outro posterior ao verbo, sendo representado aqui por [NegVNeg]⁶. Em (5), representado por [AdvV], tem-se um advérbio negativo seguido por um verbo. O exemplo (6) tem um quantificador negativo seguido por verbo, como em [QuantV]. O exemplo (7) apresenta a conjunção *nem* seguida por verbo, representado por [NemV]. O exemplo (8) apresenta a preposição *sem*, que aparece anterior ao verbo, representado por [SemV]. No exemplo (9) tem-se o item negativo *não*

ao verbo. Trata-se apenas de representações esquemáticas, nas quais o modo de realização fonológica da partícula negativa (plena ou reduzida) não está sendo identificado.

com supressão do verbo. E, por fim, o exemplo (10) apresenta a conjunção *nem*, com supressão do verbo.

Cabe mencionar que, na tentativa de comparar as estruturas negativas sentenciais de diversas línguas, Donadze (1981) e Schwegler (1983) tecem considerações sobre a forma negativa mais recorrente no português brasileiro, qual seja, [NãoV] (exemplo (1)), e a [NãoVNão] (exemplo (2)), considerada por Schwegler (1983) como forma inovadora, por não estar presente no português arcaico. No entanto, esta afirmativa de Schwegler (1983) é contestada por Alkmim (2001), pois a autora comprovou, através de um levantamento realizado em peças de teatro do século XVI até o XX, a presença da estrutura [NãoVNão] já no português quinhentista de Portugal, porém com poucas ocorrências. Um exemplo desta estrutura encontrada no português de Portugal é “Nam hei-de ir a França nam”, verificado na peça *Auto da Fama*, de Gil Vicente.

Ainda, conforme Donadze (1981) e Schwegler (1983), a construção [NãoV] é encontrada em diversas línguas, tais como no indo-europeu, latim, português do Brasil e de Portugal, espanhol, romeno, italiano etc. Por sua vez, a construção [NegVNeg]²¹ é encontrada no francês, catalão, ladino e dialetos do norte da Itália, como o piemontês. O exemplo a seguir demonstra esta última estrutura:

11) *No ho sé cap.* (Catalão)

(Ex.: de SCHWEGLER, 1983, p. 290)

Pode-se verificar, então, que há uma diferença entre o exemplo (11) de Schwegler (1983) e o exemplo (2) do português

²¹ Segundo Vitral (1999), há dialetos do português brasileiro que aceitam a coocorrência de itens como ninguém ou nunca e a partícula não precedendo o verbo. Por razões de exposição, o autor chama os itens de valor negativo como nada, ninguém ou nunca de itens N. O fenômeno da ocorrência da partícula não é obrigatório quando os itens N se encontram em uma posição pós-verbal, o que é chamado de concordância negativa por Zanuttini (1989) e Haegeman e Zanuttini (1991), que analisaram dados do italiano e de outras línguas.

brasileiro mencionado anteriormente, e aqui repetido para facilitar a visualização:

(2) *Não* enganam *não*, primo.

A construção (11) apresenta elementos distintos para *Neg*: *no* antes do verbo e *cap* após o mesmo, enquanto no português brasileiro verifica-se a partícula *não* anterior e posterior ao verbo. Portanto, é interessante observar que, dentre as línguas que utilizam a construção negativa com dois elementos, são poucas as que apresentam a repetição do mesmo item negativo, como o português brasileiro (SCHWEGLER, 1983). Dentre as línguas que também apresentam a [NãoVNão], incluem-se: o afrikans²², o palenquero²³ e o espanhol da República Dominicana.

Com relação ao português brasileiro, um ponto fundamental para o melhor entendimento das estruturas negativas é o que concerne à descrição estrutural, à avaliação social e à história das mesmas. Em se tratando da avaliação social das construções, a [NãoV], apresentada no exemplo (1), é tida como a forma canônica e foi a que ocorreu em maior número no *corpus*. Por sua vez, a estrutura negativa [NãoVNão], exemplificada em (2), apareceu em menor número no *corpus* e sofre sanção por parte dos gramáticos tradicionais. O registro de atitude desfavorável ao uso da estrutura [NãoVNão] transparece na afirmação de que o uso de tal construção é “popular” e constitui uma evidência de que “a língua é o que é, e não o que queremos que ela seja” (NUNES, 1945). O mesmo pode-se deduzir da afirmação de Carneiro (1957): “a negativa duplicada na frase ‘*Não* quero *não*’, em vez de ‘*Não* quero’, constitui a forma vulgar de expressão de todo brasileiro”.

Nesse quadro, na tentativa de descrever as estruturas negativas do português brasileiro e compreender a história dessas construções, muitos trabalhos foram elaborados por diversas correntes teóricas. Nas descrições estruturais gerativistas, há controvérsia

²² Língua falada na África do Sul (ALKMIM, 2001, p. 4).

²³ Crioulo falado em uma comunidade rural de El Palenque, na Colômbia (ALKMIM, 2001, p. 4).

quanto à colocação do item negativo na classe dos advérbios (MARTINS, 1994, *apud* NAMIUTI, 2008), e ainda, quanto à possibilidade de classificá-lo como clítico (MIOTO, 1991). Discute-se ainda se há apenas uma categoria funcional para a negação denominada NegP (POLLOCK, 1989) ou, como propõe Laka (1990), uma categoria ΣP que pode ser preenchida por [+Neg] ou [+Aff], ou ainda, de acordo com Zanuttini (1995), se existiria uma categoria denominada PolP (Polarity Phrase), responsável pela checagem dos traços de polaridade negativa/afirmativa da sentença.

Com relação à história da construção negativa [NãoVNão], algumas hipóteses foram formuladas acerca da sua origem:

1. Essa estrutura surgiu através do contato do Português com línguas africanas, caracterizando-se como um caso de “influência de substrato” – Hipótese do contato. (HOLM, 1988; BERNINI & RAMAT, 1996; BAXTER & LUCHESSI, 1997; BAXTER, 1998)
2. Essa estrutura é resultado do enfraquecimento do primeiro *não*, que fez com que aparecesse o segundo – hipótese do enfraquecimento. (SALLES FILHO, 1980; FURTADO DA CUNHA, 1996)
3. Essa estrutura é resultado de mudança paramétrica. (GONÇALVES, 1994; MARTINS, 1997)
4. Essa estrutura é resultado da reanálise do item *não*. Este elemento teria passado de enunciado completo, para constituinte da oração - hipótese proposta por Alkmim (2001). Para a autora, o segundo *não* era um elemento que não fazia parte da oração. Posteriormente, foi incorporado (gramaticalizado), perdendo, na fala, a pausa e, na escrita, a vírgula.
5. Essa estrutura, do ponto de vista sintático, apresenta uma partícula *não* final com a mesma realização fonológica de duas categorias distintas (*não*₂ e *não*₃), que ocupariam diferentes posições na estrutura sentencial, e do ponto de vista semântico-pragmático, enquanto *não*₁ desencadeia uma negação proposicional, *não*₂ e *não*₃ são descritos como marcadores de negação pressuposicional – hipótese proposta por Biberauer e Cyrino (2009).

Assim, tendo em vista o que foi até agora considerado, os seguintes questionamentos mostraram-se pertinentes:

Que estruturas negativas sentenciais ocorreram nos textos dos séculos XVIII e XIX? Quando ocorre a implementação da construção [NãoVNão] e como se dá a sua transição na língua portuguesa do Brasil? A estrutura [NãoVNão] é marcador de negação pressuposicional?.

Nesse panorama, objetivo geral desse trabalho foi descrever as realizações das negativas sentenciais na língua portuguesa do Brasil em textos de autores brasileiros dos séculos XVIII e XIX e, de uma forma mais específica, caracterizar apenas a negativa [NãoVNão], tida como forma inovadora no português brasileiro atual. E os objetivos específicos buscados foram: a) Catalogar e descrever as diferentes realizações das negativas sentenciais presentes no corpus analisado; b) Verificar se um processo de mudança se manifestou nestas estruturas no decorrer do tempo; c) Mostrar a correlação entre construções negativas e pontuação como índice de limite sintático/marcador de pausa, dentro da estrutura frasal; d) Investigar a implementação e a transição da estrutura [NãoVNão]; e) Testar hipótese proposta por Biberauer e Cyrino (2009)²⁴, referente à origem da estrutura [NãoVNão] e f) Testar hipótese proposta por Schwenter (2005), referente ao contexto de uso da estrutura [NãoVNão].

2. *Aporte teórico*

2.1 A Teoria da Variação e Mudança e o resgate da historicidade

Tendo em vista que a estrutura [NãoVNão], bem produtiva no português brasileiro atual, é considerada pela literatura linguística uma forma variante da estrutura sentencial canônica [NãoV], e apresenta, de acordo com Schwegler (1983;1991); Ramos (1997);

²⁴ As autoras apresentam como *não*₁, *não*₂ e *não*₃ o elemento negativo não nas seguintes posições, respectivamente: (a) A Maria *não*₁/num vai no teatro. ; (b) A Maria *não*₁/num vai no teatro *não*₂. ; (c) A Maria vai no teatro *não*₃.

Camargos (1998) e Alkmim (2001), um perfil de mudança em progresso, a partir dos pressupostos da Sociolinguística, optou-se por utilizar a Teoria da Variação e Mudança (LABOV, 1972; 1994) como arcabouço teórico-metodológico nesta investigação. Tal escolha justifica-se pelo fato de a Teoria da Variação e Mudança (LABOV, 1972) ser considerada teoricamente coerente e metodologicamente eficaz para a descrição tanto da língua em uso, quanto dos processos que a tornaram o que ela é hoje. Além disso, pode ser utilizada para explicar como falam os indivíduos que pertencem aos diversos locais e grupos sociais em determinados momentos da história de uma língua.

O resgate da historicidade é um fator fundamental da visão sociolinguística, em que o objeto de estudo linguístico é um processo histórico de construção da língua. O retorno ao passado permite investigar a implementação e a transição de uma mudança linguística. (ALKMIM, 2001). No plano sincrônico, o objeto do modelo variacionista é o estudo da língua falada em seu contexto real de uso, o que somente se faz possível a partir da fala espontânea, estilo em que o mínimo de atenção é dada à fala. Já no plano diacrônico, verifica-se um problema: a ausência de falantes da língua representativa de períodos passados. Faz-se necessário, então, analisar documentos representativos do período de tempo em estudo. No que concerne à pesquisa diacrônica, é interessante mencionar que, segundo Chaves (2006), a investigação sobre o Português de tempos passados é uma importante fonte para se entender o português brasileiro hodierno, o que possibilita identificar estágios pelos quais a língua passou e, também, as peculiaridades dos falares das regiões. Além disso, a maioria dos linguísticos sobre as estruturas negativas considera apenas o tempo aparente, sem investigar o fenômeno no tempo real²⁵.

Ainda nessa perspectiva, uma questão complexa, que já deu margem a muita discussão, é a utilização da modalidade escrita de uma língua nas pesquisas linguísticas, a fim de recuperar e descre-

²⁵ Quando se fala em tempo real, por exemplo, diz-se da análise de *corpus* de uma comunidade de fala através do tempo. (LABOV, 1972).

ver uma determinada fase desta língua. Para Preti (2000, p.61), os sociolinguistas não podem, nem devem ignorar o papel da língua escrita na análise dos hábitos linguísticos de uma comunidade, pois, de uma forma ou de outra, esta não perdeu sua ligação com a realidade falada. O autor afirma, também, que a Linguística, em grande parte de sua história, serviu-se de documentos escritos na falta de corpora gravados, chegando a reconstituir, às vezes, parte da língua falada de uma época²⁶ através desses documentos. Assim, a língua escrita pode apresentar pistas²⁷ que nos levam a sugerir uma descrição para um dado fenômeno linguístico.

2.2 Noções da pragmática

Visto que este trabalho, além de utilizar pressupostos teórico-metodológicos da teoria da variação, testa uma hipótese proposta por Biberauer e Cyrino (2009) para a origem da estrutura [NãoVNão], com motivações de ordem semântico-pragmática, serão evidenciados, aqui, conceitos de grande importância para a compreensão desta hipótese e para a sua verificação, tais como: *pressuposição*, *denegação* e a noção de elemento *velho no discurso*²⁸.

O primeiro conceito a ser destacado é o de *pressuposição*, tendo em vista que Biberauer e Cyrino (2009), na hipótese apresentada, propõem que a [NãoVNão] é natural em contextos pressuposicionais.

Assim, é útil o que Pereira (2011) esclarece sobre a proposta de Biberauer e Cyrino (2009), pois, para ela, as autoras partem do conceito de negação pressuposicional como aquele presente em

²⁶ Um exemplo da reconstituição de uma língua falada é o Latim Vulgar, cuja fonte, entre outras, era composta por documentos escritos (PRETI, 2000, p.62).

²⁷ Um trabalho que utiliza pistas gráficas para investigar o percurso da mudança da forma *Vossa Mercê* para *Você* (através das diferenças entre as abreviaturas) é o de Chaves (2006), intitulado *Implementação do Pronome Você: a contribuição das pistas gráficas*.

²⁸ Tradução minha para "discourse-old". (SCHWENTER, 2005)

Pescarini ([s.d.], p. 21), segundo o qual a negação pressuposicional “pressupõe que alguém, no contexto comunicativo, espera que o estado de coisas negadas seja verdadeiro.”, e também em Poletto (2008), que utiliza a distinção entre negação padrão e negação pressuposicional, compreendendo esta última como marcadores negativos que podem ocorrer somente em certas condições pragmáticas relacionadas às expectativas do falante e do ouvinte. Além disso, para Pereira (2011, p. 153), a negação pressuposicional nega um pressuposto que pode não estar necessariamente explícito no discurso.

Um autor que se mostrou representativo no âmbito da pragmática da negação foi Givón (1984), uma vez que se posicionou de forma bastante consistente em favor da consideração da negação como um ato de denegar. Este autor registrou a limitação de uma abordagem que associa ao operador de negação apenas o seu valor lógico, ficando tal limitação evidente quando se compararam frases que, em princípio, deveriam ser sinônimas, como pode ser visto nos exemplos a seguir:

(12) Carlos *não* é feliz.

(13) Carlos é *infeliz*.

(Exs.: (1) e (2) de LIMA, 2010, p.12)

Segundo Lima (2010), para Givón (1984) as duas sentenças deveriam apresentar Carlos em um estado de não felicidade, mas não de tristeza, pois visto do ponto de vista lógico, uma mesma função semântica para o advérbio de negação e para o prefixo negativo poderia ser suposta. Por sua vez, não é o que normalmente se depreende dos usos desses tipos de sentença, já que o normal seria o entendimento de que Carlos é uma pessoa triste. Isto é, nos dois casos, em vez da leitura contraditória esperada, ocorre uma leitura em que não ser feliz e ser infeliz integram leituras contrárias (embora o enunciado com a negação prefixal represente mais marcadamente a leitura contrária).

Ainda, para Givón (1984) a asserção negativa é um ato de fala diferente, o ato de denegar. Este ato, diferentemente da asser-

ção negativa, é usado para contradizer, no sentido de corrigir e não apenas informar. Nesse sentido, toda negação seria pressuposicional. E o que se nega é a correspondente afirmativa, a *informação de fundo*, que está, de certa forma, pressuposta.

O referido autor, assim como Roncarati (1996), assume o caráter pressuposicional da negação. É importante mencionar, no entanto, que ele não descreve as possíveis estratégias de negação (NEG1, NEG2 e NEG3)²⁹. Todas as suas considerações são relacionadas à negativa canônica.

Tem-se ainda que considerar importante a divergência entre a abordagem de Givón (1984), a respeito do caráter pressuposicional das negativas e a de Schwegler (1991). Enquanto para Givón (1984) o uso da negação é por natureza pressuposicional, para Schwegler (1991) apenas as formas não canônicas de negativas veiculam conteúdo pressuposicional.

De acordo com Lima (2010), na literatura linguística, há certo consenso acerca do caráter pressuposicional de enunciados negativos, que chega, em alguns casos, a estimular a postulação de um ato de fala distinto, o de denegar. Tal ato é definido por Kamp e Reyle (1993) da seguinte maneira:

Entre os vários outros atos de fala há um que nem sempre é distinguido da asserção e que, evidentemente, tem uma associação muito próxima com ele. É a denegação. A situação paradigmática em que a denegação ocorre é aquela em que o receptor entende o que é dito a ele, rejeita e deixa isso ser percebido pelo falante... Em todos esses casos, o efeito da denegação é repudiar algo que foi posto tentativamente ou confidentemente por alguma outra pessoa; é rejeitar, como a presente teoria sugere, o 'quadro' que o outro falante apresentou como certo ou possivelmente correto. (KAMP & REYLE, 1993, p. 100 *apud* LIMA, 2010)

Para Givón (1984) a *informação de fundo* pode ser velha no discurso quando trazida pelo próprio interlocutor em sua fala para depois ser negada (como em (14) a seguir), ou pode ter sido apre-

²⁹ Este é o modo como Givón (1984) se refere ao que chamamos aqui de [NãoV], [NãoVNão] e [VNão], respectivamente.

sentada na fala do outro interlocutor (Ex.: (15)). Além disso, também pode ser uma informação genérica culturalmente compartilhada (Ex.: (16)):

(14) Luizinho disse que terminou os temas, mas eu acho que não.

(15) A: Então quer dizer que viajas amanhã.

B: Não, não vou viajar. Por que dizes isso?

(16) Certa vez apareceu um homem que não tinha cabeça...

(Exs.: (5), (6) e (7) de LIMA, 2010, p. 14)

Conforme Lima (2010), no exemplo (14), a proposição que serve de fundo é velha no discurso de forma explícita, trazida pelo próprio falante, que primeiro a lança para depois poder negá-la. Na sentença (15), o falante nega uma proposição que foi posta pelo outro interlocutor, que também é velha no discurso de forma explícita. E em (16), o que acontece é uma quebra na informação compartilhada culturalmente de que todo homem tem uma cabeça.

Outro autor que também lida com a noção de *velho no discurso* para caracterizar a informação de fundo da estrutura [NãoVNão] é Schwenter (2005). Este, porém, vai além das exposições feitas por Givón (1984). Isto é, para Schwenter (2005) existe uma restrição para o uso da [NãoVNão], qual seja, a de que a informação negada seja *velha no discurso* e não apenas velha para os interlocutores.

3. *Procedimentos metodológicos*

Os procedimentos para a composição da amostra, bem como para a coleta e análise dos dados, foram adotados a partir dos pressupostos da teoria da variação e mudança (LABOV, 1972).

3.1 A amostra: constituição e caracterização

Para realização da análise com base no tempo real, foi investigada uma amostra composta por textos³⁰ de autores brasileiros dos séculos XVIII e XIX, quais sejam: correspondências privadas³¹ (cartas e bilhetes), jornais (correspondências publicadas em jornais e editoriais de jornais), peças de teatro e obras literárias em prosa³².

Nesse recorte temporal, foram determinados quatro períodos de tempo para a coleta dos dados: 1ª e 2ª metades do século XVIII e 1ª e 2ª metades do século XIX. O *corpus* da primeira metade do século XVIII é composto por uma peça de teatro³³. O *corpus* da segunda metade do século XVIII é composto por correspondências privadas, uma peça de teatro e uma obra literária. O *corpus* do século XIX é composto por correspondências privadas, correspondências publicadas em jornais e editoriais de jornais, peças de teatro e obras literárias.

3.2 A coleta dos dados

Conforme já mencionado, os dados dos *corpora* foram analisados em quatro períodos de tempo: 1ª e 2ª metades do século XVIII, 1ª e 2ª metades do século XIX. A divisão dos *corpora* foi

³⁰ Optou-se por esses tipos de texto, uma vez que, no período analisado, ainda não havia registro magnetofônico da língua falada. Assim, a representação de diálogos nas peças de teatro e obras literárias e a escrita menos formal das correspondências privadas e das publicadas em jornais e em editoriais são as formas que mais se aproximam da manifestação da língua falada do período que representam.

³¹ Estão sendo consideradas correspondências privadas as "correspondências entre pessoas que mantém entre si um relacionamento – parentes próximos, amigos (PEREIRA DA SILVA, 1998, p. 24).

³² Foram considerados os diálogos.

³³ *O Marido Confundido*, de Alexandre de Gusmão. Quanto ao ano da sua publicação, há controvérsias, pois as fontes encontradas afirmam que esta obra pode ser de 1713 (*Revista Dom Casmurro*, 1945), anterior a 1719 (BRAGA, 1871) ou de 1737 (J. M. T. de C., 1841).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

feita dessa maneira, uma vez que se pretendia obter um recorte maior do que o já apresentado por alguns pesquisadores como, por exemplo, Alkmim (2001), quando foi descrito um processo de mudança linguística envolvendo a estrutura [NãoVNão].

Assim, para a constituição da amostra, foram selecionadas:

- a) 65 páginas³⁴ de peça de teatro da 1ª metade do século XVIII;
- b) 100 páginas de correspondências privadas da 2ª metade do século XVIII;
- c) 100 páginas de peça de teatro e obra literária³⁵ (em prosa) da 2ª metade do século XVIII;
- d) 100 páginas de correspondências privadas da 1ª metade do século XIX;
- e) 100 páginas de correspondências publicadas em jornais e editoriais de jornais da 1ª metade do século XIX³⁶;
- f) 100 páginas de peças de teatro e obras literárias (em prosa) da 1ª metade do século XIX;
- g) 100 páginas de correspondências privadas da 2ª metade do século XIX;
- h) 100 páginas correspondências publicadas em jornais e editoriais de jornais da 2ª metade do século XIX;
- i) 100 páginas de peças de teatro e obras literárias (em prosa) da 2ª metade do século XIX.

³⁴ Não foi possível igualar o número de páginas aos dos demais gêneros textuais, pois não foram encontrados mais textos da 1ª metade do século XVIII com a autoria brasileira comprovada.

³⁵ Os dados coletados das peças de teatro e das obras literárias foram computados juntos, pois foi considerado o discurso direto que ambos os tipos textuais apresentam.

³⁶ Os anos anteriores a 1808 ficarão sem cobertura da análise, em se tratando de cartas publicadas em jornais e editoriais de jornais, uma vez que somente neste ano surgiu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal a ser impresso no Brasil.

3.3 Sobre os autores brasileiros

Uma vez que este trabalho propõe descrever as negativas sentenciais em textos de autores brasileiros da língua portuguesa do Brasil e analisar a [NãoVNão], uma questão muito importante foi a busca de correspondências privadas que pudessem ser identificadas como sendo de brasileiros. Este critério fez, então, com que a busca pelos dados se tornasse mais criteriosa e difícil.

Inicialmente, a seleção de cartas seria somente no Acervo Barão de Camargos³⁷, mas, como a quantidade de cartas de autores brasileiros não foi suficiente, a seleção se estendeu ao *corpus* do projeto *Para uma História do Português Brasileiro-RJ*³⁸.

Para identificar a nacionalidade dos que assinavam as correspondências privadas, além de todas as cartas selecionadas terem sido lidas em busca de informações que mostrassem a origem dos remetentes, foram consultados documentos notariais (como testamentos e inventários), os livros genealógicos *Velhos Troncos Mineiros* e *Velhos Troncos Ouro Pretanos*, ambos escritos por Cônego Raimundo Trindade (1955), e a internet, o que constituiu uma pesquisa paralela à desenvolvida com as negativas. Nestes livros genealógicos foi possível identificar, além da origem, informações acerca da família e da profissão dos indivíduos. Os testamentos e inventários consultados encontram-se na *Casa Setecentista de Mariana* e no museu *Casa do Pilar*, e os livros genealógicos encontram-se neste último museu.

A seguir, serão apresentados dois quadros que mostram os remetentes identificados nas correspondências privadas. O Quadro 1 apresenta os remetentes brasileiros do século XVIII:

³⁷ Faz parte de um dos arquivos do *Museu Casa do Pilar*, anexo III do *Museu da Inconfidência de Ouro Preto*.

³⁸ Contém correspondências dos séculos XVIII e XIX e jornais do século XIX.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

NOME	DATA DA CARTA	LOCAL NASCIMENTO	INFORMAÇÕES ADICIONAIS ³⁹
Anna Joaquina de Boaventura	1791, 1792	Cachoeira do Campo/MG	irmã de Luis da Silva Valle (LSV)
Antonio Gomes	s/d*		sobrinho de Clara Felicia da Roza (CFR)
Antonio Gonçalves Cota	1781	Córrego Danta/MG	afilhado de CFR
Antonio da Senhora da Graça	1766	Sumidouro/MG	filho de Paula Felicia da Roza (irmã de CFR) e Antonio Oliveira Pinto (irmão de Manoel de Oliveira Pinto (MOP))
Clara Felicia da Roza	s/d*	Sumidouro/MG	Família Mosqueira
Boaventura Fernandes de Oliveira	1788	Santa Rita Durão/MG	Sobrinho de LSV
Felix Constantino da Silva Portugal	1779, 1782		afilhado de CFR
Francisca Thereza de Jesus Maria	s/d*		irmã de LSV
Francisco Pereira Neves	1730, 1735, 1736, 1737, 1738,		amigo de MOP; compadre de Paula Felicia da Roza e Antonio de Oliveira Pinto
Ignacio Lopes da Silva	1779, 1782, 1789, 1791, 1792	Congonhas do Campo/MG	cunhado de LSV
Joachim Pimenta da Silva	1778	Itabira do Campo/MG	informação em testamento
Joaquim Teixeira	1777, 1782		afilhado de CFR
Jozé de Oliveira Pinto Mosqueira da Roza	1778, 1782	Sumidouro/MG	sobrinho de CFR; filho de Paula Felicia da Roza e Antonio de Oliveira Pinto

³⁹ As informações de parentesco nos quadros 2 e 3 estão relacionadas à Clara Felicia da Roza, Luis da Silva Valle, Manoel de Oliveira Pinto, Manoel Teixeira de Souza, Modesto Antonio Machado Magalhães, Sabina Flavia Domitila e Rodrigo José Ferreira Bretas, uma vez que os arquivos dos quais as cartas fazem parte recebem os seus nomes.

Jozefa Leocádia da Silva	1780	Cachoeira do Campo/MG	irmã de LSV
Luis da Silva Valle	1780, 1787, 1790, 1792, 1794	Cachoeira do Campo/MG	Capitão, funcionário público e comerciante
Maria Angela Teixeira	s/d*		irmã de Joaquim Teixeira
Maria Leonor Felícia da Roza	1782	Sumidouro/MG	irmã de CFR
Manoel Botelho da Roza	1778	Sumidouro/MG	irmão de CFR
Paulo Moreira da Silva	1778, s/d*		afilhado de CFR e MOP
Vidal José do Valle	1792	Cachoeira do Campo/MG	irmão de LSV

Quadro 1 - Remetente brasileiros identificados nas correspondências privadas do século XVIII

E o Quadro 2, abaixo, evidencia os remetentes brasileiros do século XIX:

NOME	DATA DA CARTA	LOCAL NASCIMENTO	INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Anna Sabina Domitila	1848, 1855, s/d	Ouro Preto/MG	Filha de Manoel Teixeira de Souza (MTS)
Anna Rodozinda Vidolina da Silva	1855, 1856	Congonhas do Campo/MG	Filha de LSV
Augusto Fernandes	1848, s/d	Inficionado/MG	Filho de criação de Maria Rozenda Domitila da Silva; Neto de LSV
Felisberta Constancia da Silva	1848, s/d	Cachoeira do Campo/MG	Prima de Sabina Flavia Domitila (SFD)
Fernando Evaristo Machado de Magalhães	1825	Cachoeira do Campo/MG	Filho de Modesto Antonio Machado de Magalhães (MAMM)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Fernando Luis Machado de Magalhães	1830	Cachoeira do Campo/MG	Filho de MAMM
Francisco de Assis Athaide	1837, 1838, 1839, 1840, 1841,	Arrepia-dos/MG	
Francisca de Paula	1847, 1848		irmã de SFD
Honório Hermeto Carneiro Leão	1855	Jacuí/MG	Político e magistrado; Marquês de Paraná
Jezuino do Monte Carmelo	1803	Santos/SP	Frei
João Baptista da Fonseca	1833, 1884, 1855, 1899, 1891, 1896		Primo de Rodrigo José Ferreira Bretas
João Mauricio Wanderley	1815, 1833	Vila da Barra do São Francisco/BA	Político e Magistrado; Barão de Cotegipe; braço direito de D. Pedro I
Joze Bonifacio Andrada e Silva	1801, 1804, 1822	Santos/SP	Ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros no Brasil; tutor de D. Pedro II
Luiz Joze de Godoy Torres	1801, 1804		Desembargador
Luis Torquato da Silva	1841	Congonhas do Campo/MG	Filho de LSV
Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Silva	1810	Santos/SP	Político; irmão de Joze Bonifacio Andrada e Silva
Manuel do Monte Rodrigues de Araujo	1854	Recife	Político e professor de Teologia; Capelão-mor de D. Pedro I e D. Pedro II; Conde do Irajá
Manoel Jacinto Nogueira da Gama	1812	São João Del Rey/MG	Político, militar e professor de Matemática e Filosofia; Marquês de Baependi

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Manoel Teixeira de Souza	1854, 1855	Ouro Preto/MG	Neto de MTS (Barão de Camargos)
Maria Augusta Mosqueira	1877	Camargos/MG	Esposa de Luis Torquato da Silva (neto de LSV)
Maria Rozenda Domitila da Silva	1848, s/d	Congonhas do Campo/MG	Filha de LSV
Rodrigo José Ferreira Bretas	1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1858, 1860, 1861, 1862, 1863, 1866	Cachoeira do Campo/MG	Neto de LSV; Político e professor
Sabina Flavia Domitila da Silva	1826, 1848, 1850, 1852, 1855, 1856	Congonhas do Campo/MG	Neta de LSV
Valentim	1835, 1843		Primo de SFD

Quadro 2 – Remetentes brasileiros identificados nas correspondências privadas do século XIX

3.4 Os jornais

Para efeito elucidativo, tem-se, a seguir, o Quadro 3, que apresenta os jornais utilizados na amostra selecionada:

JORNAL	ANO
Gazeta do Rio de Janeiro	1808
O Macaco Brasileiro	1822
O Universal	1825
O Carioca	1833
O Cidadão	1838
O Libertador	1841
O Despertador Mineiro	1841, 1842
O Progresso	1842
O Guerreiro	1853
O Cruzeiro do Brasil	1864
O Liberal de Minas	1969

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Correio da Noite	1879
Ilustração Brasileira	1876
O Aspirante	1894
O Estado de Minas	1899, 1900

Quadro 3 – Jornais utilizados no *corpus*

3.5 As obras literárias e as peças de teatro

Pode ser observado, aqui, o Quadro 4, que apresenta as obras literárias utilizadas no *corpus*:

OBRA LITERÁRIA	AUTOR	ANO
Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas, e notícia do seu melhoramento	Domingos Caldas Barbosa	1799
O Mulato	Aluísio Azevedo	1881
Memórias de um condenado	Aluísio Azevedo	1882
O Coruja	Aluísio Azevedo	1887
Dona Guidinha do Poço	Manoel de Oliveira Paiva do Poço	1892
A Conquista	Coelho Neto	1899

Quadro 4 – Obras literárias utilizadas no *corpus*

E no Quadro 5, podem-se verificar as peças de teatro utilizadas:

PEÇA DE TEATRO	AUTOR	ANO
O Marido Confundido	Alexandre de Gusmão	1ª metade séc. XVIII
A Vingança da Cigana	Domingos Caldas Barbosa	1794
O Noviço	Martins Pena	1845
As desgraças de uma criança	Martins Pena	1846
Uma véspera de Reis	Artur Azevedo	1873
Nova viagem à lua	Artur Azevedo	1877
Os Noivos	Artur Azevedo	1880

Quadro 5 – Peças de teatro utilizadas no *corpus*

4. A pesquisa diacrônica: a estrutura [NãoVNão] em foco

Considerando-se apenas as estruturas negativas sentenciais, apurou-se um total de 3473 ocorrências nos séculos XVIII e XIX. A tabela a seguir evidencia a distribuição destas ocorrências em função do tempo e do gênero textual:

ESTRUTURAS	GÊNERO TEXTUAL									TOTAL
	SÉCULO XVIII			SÉCULO XIX						
	1ª metade	2ª metade		1ª metade			2ª metade			
	peça de teatro	carta pessoal	peça/obra lit.	carta pessoal	peça/obra lit.	edit. jornal	carta pessoal	peça/obra lit.	edit. jornal	
[NãoV]	173	294	118	122	309	565	132	427	769	2909
[NãoVNão]	1	0	0	0	3	11	0	16	1	32
[VNão]	0	0	0	0	0	0	0	3	1	4
[NegVNeg]	17	14	1	18	12	30	4	23	28	147
[QuantNV]	0	1	0	0	0	4	0	0	0	5
[AdvV]	6	7	4	12	10	24	8	21	38	130
[QuantV]	5	4	1	1	3	15	1	13	18	61
NemV	2	6	4	3	3	25	9	2	27	81
SemV	2	12	0	2	1	17	1	7	25	67
[Não+Eliipse]	1	2	0	0	3	6	1	2	6	21
[Nem+Eliipse]	0	0	1	2	2	4	0	2	5	16
TOTAL	207	340	129	160	346	701	156	516	918	3473

Tabela 1- Distribuição das estruturas negativas em função do tempo e do gênero textual

Tendo em vista que o foco deste trabalho é a estrutura [NãoVNão], vamos nos ater aos dados relativos à ela.

Assim, a referida construção apareceu 32 vezes no *corpus* selecionado, sendo 1 ocorrência na 1ª metade do século XVIII em uma peça de teatro. No século XIX foram 3 em diálogos de peça

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

de teatro/obra literária e 11 em editorial de jornal na 1ª metade do século; 16 ocorrências em diálogos de peça de teatro/obra literária na 2ª metade do XIX e apenas 1 ocorrência em editorial de jornal na 2ª metade do século XIX. Os exemplos a seguir mostram as estruturas encontradas:

(17) “*Não* he com as nossas pêssoas que o fazem, *não*; he com o nosso dinheiro”. (Peça: *O Marido Confundido*, Alexandre de Gusmão, 1ª metade do XVIII)

(18) “*Nao* se pense que nós nos oppomos ao recrutamento; *nao* [...] (Jornal: *O Despertador Mineiro*, 1841)”

(19) “*Não* se persuada alguém que quando assim falamos temos em vista apoiar o assassinato; *não*: longe de nós tal Idea [...]” (Jornal: *O Libertador*, 1841)

(20) “Ha de ficar a constituição sendo o juguete dos partidos e do governo; mas *não* é do que tenho medo; *não* [...]” (Jornal: *O Libertador*, 1841)

(21) “[...] *nao* se entregue a sorte dos brasileiros aos belleguins; *nao* e derroque o edificio constitucional; *nao* se queira escravisar o povo brasileiro!!..” (Jornal: *O Libertador*, 1841)

(22) “*Nao* exigimos, que entrem para o Ministerio membros da opposição; *nao*, *nao*.” (Jornal: *O Despertador Mineiro*, 1842)

(23) “Fazemos estas reflexoes, *nao* por desconhecer a autoridade da Realesa e menos presa-la, *nao*, *nao*: he antes por amarmo-la muito.” (Jornal: *O Despertador Mineiro*, 1842)

(24) “[...] *nao* porque o nosso partido *nao* tenha tantos e mais homens ricos, do que o vosso, *nao*, vos sabeis perfeitamente o contrario [...]” (Jornal: *O Despertador Mineiro*, 1842)

(25) “E isto *naõ* são vagas declamações – *naõ*.” (Jornal: *O Progresso*, 1842)

- (26) “Sim, homens desnaturados de Março! Das folhas do vosso Código reformado *naõ* fareis por certo, como cuidais, a mortalha da Liberdade: *naõ* [...]” (Jornal: *O Progresso*, 1842)
- (27) “*Naõ* he a separação das provincias, *naõ*.” (Jornal: *O Progresso*, 1842)
- (28) “Senhor, *nãõ* creia V.M.I. que a assemblea provincial inventa fantasticos perigos, sonha males *nãõ* existentes; *nãõ*, senhor [...]” (Jornal: *O Progresso*, 1842)
- (29) “*Nãõ* enganam *nãõ*, primo.” (Peça de teatro: *O Noviço*, Martins Pena, 1845)
- (30) *Nãõ* foi nada, *nãõ* senhora. (Peça de teatro: *O Noviço*, Martins Pena, 1845)
- (31) “Mas pancadas de amor *nãõ* matam, *nãõ*.” (Peça de teatro: *As Desgraças de uma Criança*, Martins Pena, 1846)
- (32) “Pois *nãõ* respondo, *nãõ*.” (Peça de teatro: *Uma Véspera de Reis*, Artur Azevedo, 1873)
- (33) “A pequena pulou de contente; *nãõ* pulou, *nãõ*?” (Peça de teatro: *Uma Véspera de Reis*, Artur Azevedo, 1873)
- (34) “*Nãõ* põe, *nãõ*.” (Peça de teatro : *Uma Véspera de Reis*, Artur Azevedo, 1873)
- (35) “A comadre é que *nãõ* está muito parecida, *nãõ*.” (Peça de teatro: *Uma Véspera de Reis*, Artur Azevedo, 1873)
- (36) “E mostrar-te uma ferida que tenho... mas *nãõ* te mostro, *nãõ*.” (Peça de teatro: *Uma Véspera de Reis*, Artur Azevedo, 1873)
- (37) “*Nãõ* vem a propósito dizer-se que quem tem um olho na terra dos cegos é rei; *nãõ*, de maneira alguma se pode dizer isso.” (Jornal: *Ilustração Brasileira*, 1876)
- (38) “*Nãõ* desconfia *nãõ*.” (Peça de teatro: *Nova Viagem à Lua*, Artur Azevedo, 1877)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

(39) “*Não* somos *não*, desajeitadas!” (Peça de teatro: *Nova Viagem à Lua*, Artur Azevedo, 1877)

(40) “*Não* ousa *não*.” (Peça de teatro: *Os Noivos*, Artur Azevedo, 1880)

(41) “*Não* sei *não* senhor, porque vim me embora.” (Obra literária: *O Mulato*, Aluísio Azevedo, 1881)

(42) “Eu *não* sei, *não* senhô!” (Obra literária: *O Coruja*, Aluísio Azevedo, 1887)

(43) “Tu *não* vai mesmo, *não*, Toinho?” (Obra literária: *Dona Guidinha*, Manoel de Oliveira Paiva, 1892)

(44) “Com meus pés *não* vou *não*, mulher.” (Obra Literária: *Dona Guidinha*, Manoel de Oliveira Paiva, 1892)

(45) “Eu mesmo *não* vou *não*, cumade, que já tou munto mole pra estas cavalarias, mas porém tenho um discipo.” (Obra literária: *Dona Guidinha*, Manoel de Oliveira Paiva, 1892)

(46) “*Não* tem, *não*, senhor.” (Obra literária: *A Conquista*, Coelho Neto, 1899)

(47) “*Não* perguntei *não*, senhor.” (Obra literária: *A Conquista*, Coelho Neto, 1899)

(48) “É mentira, *não* vou *não*.” (Obra literária: *A Conquista*, Coelho Neto, 1899)

Com relação à estrutura frasal que contém as negativas [NãoVNão], algumas considerações podem ser apresentadas.

Primeiramente, é preciso delimitar o período que contém esta dupla negativa e observar como os dois elementos *não* estão distribuídos, isto é, se de forma linear, seguindo uma ordem natural dos constituintes, ou se aparecem separados por alguma oração intercalada, ou se estão apenas distantes um do outro. Para exemplificar, apresenta-se o exemplo (17) da 1ª metade do século XVIII, aqui repetido para melhor visualização:

(17) “*Não* he com as nossas p^éssuas/ que o fasem,/ *não*; he com o nosso dinheiro.”

Tem-se aqui um período composto, com a presença do primeiro *não* na oração principal e do segundo *não* após a oração subordinada.

A seguir, observa-se o exemplo (24) da 1^a metade do século XIX:

(24) “[...] nao porque o nosso partido *nao* tenha tantos e mais homens ricos,/ do que o vosso,/ *nao*, vos sabeis perfeitamente o contrario [...]”

A oração negativa, acima, possui uma estrutura complexa e longa, e apresenta, após o primeiro *não* e o verbo, um objeto direto, um elemento de comparação e, só após este elemento, aparece o segundo *não*.

Mais um exemplo pode ser aqui apresentado, o (19) da 1^a metade do século XIX:

(19) “*Não* se persuada alguém/ que/ quando assim falamos/ temos em vista apoiar o assassinato;/ *não*: longe de nós tal Idea [...]”

Este período possui também a estrutura complexa. O primeiro *não* se encontra na oração principal e o segundo *não* após duas orações subordinadas. Como estes exemplos acima, que nos mostram uma certa distância entre os dois *nãos* da estrutura [NãovNãov], podemos ainda apresentar mais algumas estruturas da 1^a metade do século XIX, já exemplificadas anteriormente (Ex.: (18), (20), (22), (23) e (26)). Curiosamente, pode-se observar que as estruturas [NãovNãov] nos referidos exemplos apresentam os dois *nãos* em posições distantes um do outro. Tal fato nos faz suspeitar que a estrutura [NãovNãov] apresenta mudanças em sua configuração – primeiramente (século XVIII e 1^a metade do século XIX) a estrutura apresenta os dois *nãos* com uma certa distância um do outro, distribuídos em orações mais longas e complexas. Na 2^a metade do século XIX, no entanto, as estruturas [NãovNãov]

apresentam-se de forma diferenciada das anteriormente mencionadas, isto é, têm a estrutura mais simples e os dois itens *não* encontram-se próximos, como mostram os exemplos (33), (34), (35), (38) e (40).

Alkmim (2001), em levantamento acerca das estruturas [NãoVNão], em um *corpus* composto por diálogos de peças de teatro dos séculos XIX e XX, encontrou 45 ocorrências da referida estrutura: uma na 1ª metade do século XIX e 13 na 2ª metade, e 12 na 1ª metade do século XX e 19 na 2ª metade.

Alkmim e Chaves (2005) também descreveram o uso da estrutura [NãoVNão] em um *corpus* composto por cartas pessoais dos séculos XIX e XX. Os dados apresentados pelas autoras apontaram um número bastante reduzido de [NãoVNão], pois foram encontradas somente 8 ocorrências. Mesmo assim, destas ocorrências, somente uma foi no século XIX, na 2ª metade.

Portanto, a comparação dos resultados aqui apresentados com o de Alkmim (2001) e o de Chaves e Alkmim (2005) permite dizer que o *corpus* utilizado neste trabalho apresenta uma ocorrência da estrutura [NãoVNão] já na 1ª metade do século XVIII, o que só vai ocorrer nos dois *corpora* dos trabalhos acima mencionados no século XIX e, na maioria, na sua 2ª metade. A presença de um dado na 1ª metade do século XVIII é de extrema importância, uma vez que se uma estrutura está presente na língua escrita (mesmo que em diálogo de peças de teatro) na 1ª metade do século XVIII, isto significa que, na língua falada, ela já deveria estar presente algum tempo antes.

Outra questão interessante que pode ser observada nas sentenças acima é o fato de algumas estruturas [NãoVNão] apresentarem o ponto e vírgula para separar o segundo *não* da oração. Alkmim (2001), ao descrever um processo de mudança nessas estruturas no século XIX, apresenta dados que contêm apenas a vírgula na estrutura. Retrocedendo no tempo, encontramos, também, o ponto e vírgula.

4.1 Da implementação

De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (1968), a implementação está atrelada às causas/motivações da mudança: por que determinada mudança e, não outra, ocorre em um certo tempo e lugar? Assim, sob esse viés, procura-se identificar em que parte da estrutura social e linguística a mudança se originou.

Portanto, tratar um aspecto da implementação neste trabalho é tentar responder à pergunta: “Quando é iniciada a mudança?” Ou melhor, “Quando aparece a estrutura [NãoVNão] em textos escritos da língua portuguesa do Brasil?”

Para investigar a implementação da estrutura [NãoVNão] na língua portuguesa do Brasil, foi feito, então, um levantamento para verificar em qual época ela aparece no *corpus* proposto (se já estava presente no século XVIII ou apenas no século XIX, como já demonstrado por Alkmim (2001) e por Alkmim e Chaves (2005)).

Na tentativa de responder ao questionamento anterior, foram analisadas 865 páginas de textos (cf. 3. Procedimentos teórico-metodológicos) e dentre as 32 estruturas [NãoVNão] encontradas, têm-se:

- a) 1 estrutura em uma peça de teatro da 1ª metade do século XVIII.
- b) 14 estruturas na 1ª metade do século XIX (3 em peça de teatro e 11 em editoriais de jornais).
- c) 17 estruturas na 2ª metade do século XIX (16 em peças de teatro/obras literárias e 1 em editorial de jornais).

Para efeito elucidativo, a única estrutura [NãoVNão] encontrada na 1ª metade do século XVIII no *corpus* selecionado é a seguinte:

(17) “*Não* he com as nossas pêssoas que o fasem, *não*; he com o nosso dinheiro.” (Ex.: (126) de SEIXAS, 2013).

Esta estrutura foi encontrada na peça de teatro *O Marido Confundido*, uma comédia do autor brasileiro Alexandre de Gus-

mão. Este dado se mostra de grande importância, pois o fato de a escrita já apresentar a variante tida como inovadora [NãoVNão] na 1ª metade do século XVIII, constitui uma indicação de que ela já estava implementada na língua e que fazia parte do Português Coloquial. Chaves e Moreira (2012) corroboram a afirmação anterior, uma vez que afirmam que mudanças descritas a partir de dados escritos não se implementaram no período apontado, mas anteriormente, uma vez que inovações linguísticas se tornam visíveis na escrita quando são bem aceitas na fala.

4.2 Da transição

Por transição, Weinreich, Labov e Herzog (1968) entendem a mudança de um estado da língua a outro. Ou seja, é o percurso de uma dada mudança. Assim, tratar a questão da transição neste trabalho é tentar responder à pergunta: “Quais mudanças intermediárias podem ser observadas entre quaisquer duas formas de uma língua em diferentes momentos?”.

Nesse quadro, para tratar a transição, foi analisado o percurso da mudança que envolve as estruturas [NãoV] e a [NãoVNão]. A análise das estruturas no *corpus* mostrou que, na inovadora, além do uso da vírgula para separar a oração do segundo elemento *não* (descrito por ALKMIM, 2001), usava-se também o ponto e vírgula. Em um total de 32 estruturas [NãoVNão], 6 foram marcadas com o uso do ponto e vírgula, o que representa 18,75 % das ocorrências. Tais ocorrências com ponto e vírgula encontram-se repetidas, a seguir, para maior clareza:

(18) “*Nao* se pense que nós nos oppomos ao recrutamento; *nao* [...]”. (1ª metade do séc. XIX)

(19) “*Não* se persuade alguém que quando assim falamos temos em vista apoiar o assassinato; *não*: longe de nós tal Idea, nós a condemnamos com todas as forças”. (1ª metade do séc. XIX)

(20) “Ha de ficar a constituição sendo o juguete dos partidos e do governo; mas *não* é do que tenho medo; *não*: por mais que o queirao, os partidos e facções nao o hao de conseguir”. (1ª metade do séc. XIX)

(21) “[...] *nao* se entregue a sorte dos brasileiros aos belleguins; *nao* e derroque o edificio constitucional; *nao* se queira escravisar o povo brasileiro!!..” (1ª metade do séc. XIX)

(22) “*Nao* exigimos, que entrem para o Ministerio membros da opposição; *nao*, *nao*”. (1ª metade do séc. XIX)

(37) “*Não* vem a propósito dizer-se que quem tem um olho na terra dos cegos é rei; *não*, de maneira alguma se pode dizer isso”. (2ª metade do séc. XIX)

É importante destacar que todas as estruturas [NãoVNão], que apresentaram o ponto e vírgula para separar o segundo *não*, estavam presentes na 1ª metade do século XIX (salvo uma exceção – exemplo (37)). E, além disso, estas estruturas são mais complexas, longas e apresentam os dois itens *não* separados por certa distância.

Com base nos trabalhos sobre pontuação investigados, de uma maneira geral, foi verificado que o ponto e vírgula, no que diz respeito à orientação que a escrita dava para a leitura, denotava uma pausa maior do que a vírgula e menor do que o ponto final (ROSA, 1994; GONÇALVES, 2003). No âmbito sintático, além do uso do ponto e vírgula demonstrar que havia uma ligação entre as orações, ele dependia da existência de unidades de sentido mais ou menos extensas, visto que ocorria, no século XVIII, em alternância com o pontema dois pontos apenas em frases ou períodos mais longos (GONÇALVES, 2003). Esse fato talvez explique/justifique o uso desse tipo de pontuação em negativas [NãoVNão] mais extensas, em um período mais antigo de tempo.

A partir da explicitação evidenciada acima, pode-se verificar, portanto, que havia uma articulação da pontuação com a organização discursiva e sintática da sentença. Desse modo, o uso do ponto e vírgula em sentenças longas parece indicar que, em um

primeiro momento, este pontema surgiu como um efeito retórico, para denotar uma pausa ainda mais longa do que a da vírgula.

Assim, uma vez analisados os dados e investigado o uso do ponto e vírgula nos séculos XVIII e XIX, foi possível propor etapas para um possível percurso no processo de mudança da [NãoVNão], que pode ser representado da seguinte maneira:

1ª etapa → [estrutura oracional] + *não* [...] (com o uso do ponto e vírgula):

(18) “*Nao* se pense que nós nos oppomos ao recrutamento; *nao* [...]” (Editorial de jornal, 1841)

2ª etapa → [estrutura oracional] + *não* [...] (com o uso da vírgula):

(43) “Tu *não* vai mesmo, *não*, Toinho?” (Peça de teatro, 1892)

3ª etapa → perda da vírgula:

(48) “É mentira, *não* vou *não*”. (Obra literária, 1899)

Assim, a análise dos contextos explicitados anteriormente, bem como a investigação sobre o uso do ponto e vírgula nos séculos XVIII e XIX, corroboram hipótese proposta neste trabalho sobre a transição da estrutura [NãoVNão]: *o uso do ponto e vírgula indica que havia uma pausa maior do que a da vírgula, quebrando uma unidade sintática da estrutura oracional, quando da implementação da mesma na língua.*

Esta pausa mais longa pode explicar o fato de o segundo *não* não fazer parte da estrutura frasal e, posteriormente, ter sido gramaticalizado (conforme descrito por Alkmim, 2001).

É importante frisar que se trata, ainda, de uma hipótese, passível de comprovação estatística, o que, infelizmente, ficou fora das possibilidades do presente trabalho.

4.3 Da origem

Conforme dito anteriormente, com relação à história da construção negativa [NãoVNão], algumas hipóteses acerca da sua origem foram formuladas por diferentes correntes teóricas (cf. *Introdução*). Dentre estas hipóteses, buscou-se testar o ponto de vista semântico-pragmático da hipótese proposta por Biberauer e Cyrino (2009), uma vez que as autoras apenas a apresentaram no trabalho *Appearances are deceptive: Jespersen's Cycle from the perspective of the Romania Nova and Romance-based Creoles e não a testaram*.

Para efeito elucidativo, é necessário, portanto, retomar a hipótese de Biberauer e Cyrino (2009) a ser testada. Para estas autoras, enquanto *não1* ([NãoV]) desencadeia uma negação proposicional, *não2* ([NãoVNão]) é descrito como marcador de negação pressuposicional, pois “estruturas contendo esse elemento ‘extra’ necessariamente envolvem polaridade enfática (natural em negação enfática e contextos pressuposicionais)”⁴⁰. (BIBERAUER & CYRINO, 2009, p. 11)

Teixeira de Sousa (2012, p.68) no entanto, entende que, para Biberauer e Cyrino (2009), a negativa [NãoVNão] não está restrita a contextos pressuposicionais, ao contrário da [VNão]. Por sua vez, Pereira (2011, p. 153) afirma que, para as referidas autoras, a [NãoVNão] é descrita como marcador de negação pressuposicional.

A meu ver, portanto, a palavra “natural” usada por Biberauer e Cyrino (2009), no trecho acima, possibilita essas duas interpretações, pois, de acordo com o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 1975, p. 964), esta palavra define algo como sendo “inato; próprio; peculiar”, ou seja, a ocorrência da [NãoVNão] seria obrigatória em contextos pressuposicionais, bem como pode ser “provável; presumível; originário”, isto é, a

⁴⁰ Tradução minha para “structures containing this ‘extra’ element necessarily involve polarity emphasis (natural in emphatic negation and presuppositional contexts)” (BIBERAUER E CYRINO, 2009, p. 11).

[NãoVNão] pode ocorrer, ou não, nestes contextos. Assim, pode-se entender que a estrutura [NãoVNão] ocorre em contextos pressuposicionais, mas não é obrigatoriedade.

Uma vez que Biberauer e Cyrino (2009) afirmam que a [NãoVNão] é natural em contextos pressuposicionais, para facilitar o entendimento da proposta das referidas autoras, é relevante retomar o que é entendido como negação pressuposicional. Considera-se uma negação pressuposicional quando alguém, no contexto comunicativo, pressupõe ou espera que o estado de coisas negadas seja verdadeiro. Também, pode ser levado em consideração a distinção entre negação padrão e negação pressuposicional, compreendendo esta última como marcadores negativos que podem ocorrer somente em certas condições pragmáticas relacionadas às expectativas do falante e do ouvinte.

Ainda, a fim de complementar o conceito de negação pressuposicional, é interessante retomar a concepção apresentada por Lima (2010). A negação pressuposicional é evidenciada através do ato de denegar que, diferentemente do assertivo, é usado para contradizer, corrigir, e não apenas informar. O que se nega é a correspondente afirmativa, a informação de fundo, que está, de certa forma, pressuposta. Ainda, se, no ato assertivo, um dos interlocutores acredita que o outro não sabe o que ele sabe, no de denegar o falante acredita que sabe melhor e que o ouvinte sabe errado.

Nesse quadro, na tentativa de testar as estruturas [NãoVNão] encontradas e verificar se elas possuem as características propostas por Biberauer e Cyrino (2009), foi necessário analisar o contexto do discurso em que as 32 estruturas [NãoVNão] ocorrem, tendo em vista verificar se tal estrutura ocorreu como denegação de uma pressuposição ou não. Neste trabalho serão explicitados 3 trechos⁴¹, dos quais foram retiradas a estrutura em questão e, após cada um deles, serão apresentados os comentários.

(I) Peça de teatro: *O marido confundido* (1ª metade do séc. XVIII)
- Autor: Alexandre de Gusmão

⁴¹ Foi mantida nos trechos a configuração original das obras das quais foram retirados.

Valha-me Deus! Que terrível embaraço he ter uma mulher fidalga! Não ha exemplo mais proprio que o do meu casamento, para escarmentar todo o homem ordinario, que intenta sahir da sua esfera, e aparentar-se, como eu fiz, com uma familia de Cavalheiros. A nobresa por si he coisa boa; não temos duvida; he uma preeminencia mui consideravel; porem traz consigo tanta circumstancia má que o mais acertado he não se roçar por ella. Nesta materia posso eu falar como o melhor Letrado, e ainda mal, que tanto á minha custa tenho aprendido o estilo, que seguem estes Senhores, quando nos admittem no seu parentesco. *Não he com as nossas pessoas que o fazem, não; he com o nosso dinheiro.*

No contexto acima, o personagem Butербac está falando sobre o seu casamento com Angélica. Angélica é de uma família nobre e Butербac não é nobre, mas fez fortuna. Para Angélica e a família, o casamento é uma forma de ter dinheiro novamente e, para Butербac, é uma maneira de fazer parte da alta sociedade.

Para Butербac, portanto, o fato de se casar com Angélica faria com que ele fosse aceito como um membro da família nobre. E ele evidencia no discurso a pressuposição de que isto normalmente acontece com as pessoas que se casam. No entanto, a denegação desta pressuposição ocorre logo em seguida, porque este mesmo interlocutor chega à conclusão de que o fato de ter se casado com Angélica não o fez entrar para a sua família, mas sim o fato dele ter dinheiro o fez ser admitido por eles. Assim, a sentença [NãoVNão] se configura uma negação pressuposicional.

(II) Jornal: *O Libertador* (1841, nº 10)

Quando a constituição é reformada, desmantelada por uma lei ordinaria, que garantias pode oferecer á nossa liberdade? Nenhuma. Ha de ficar a constituição sendo o juguete dos partidos e do governo; *mas não é do que tenho medo; não.* por mais que o queirão, os partidos e facções não o hão de conseguir; o medo que tenho é das reacções que esta lei vai provocar: disso é que tenho medo.

No contexto apresentado acima, o jornal está reproduzindo um debate entre dois políticos, Alvares Machado e Maciel Montei-

ro, sobre a reforma da constituição, que ocorreu na Câmara do Rio de Janeiro. O debate se inicia com Alvares Machado, dizendo que o fato da constituição ser reformada por uma lei ordinária não é garantia de liberdade dos cidadãos. Em consequência disso esta pode virar joguete na mão de partidos e do governo. Pressupõe-se que todos teriam medo desse fato acontecer. Mas, de acordo com o texto, “pensa-se errado”, uma vez que não é disso que o interlocutor tem medo e, sim, das reações que esta lei vai provocar. Assim, foi usada a estrutura [NãoVNão] “*mas não é do que tenho medo; não[...]*” para denegar tal expectativa.

A análise dos dois trechos, exposta acima, mostra que as estruturas [NãoVNão] neles encontradas denegam uma pressuposição, assim como foi verificado nas outras 28 estruturas identificadas no *corpus* selecionado⁴². Assim, os dados analisados dos séculos XVIII e XIX corroboram hipótese de Biberauer e Cyrino (2009) de que a estrutura [NãoVNão] é uma negação pressuposicional.

Considerando os vários trabalhos lidos e resenhados sobre as negativas no português brasileiro, tentamos ir além do proposto pela hipótese de Biberauer e Cyrino (2009) na nossa análise.

Alguns trabalhos mencionados anteriormente, como Schwenter (2005), Cavalcante (2007, 2012) e Teixeira de Sousa (2012) já apontaram, além da questão pressuposicional, outras restrições sintáticas⁴³ e propriedades semânticas e/ou discursivas que diferenciam as três estratégias. Estas restrições mostram que tais estruturas não estão relacionadas diacronicamente no português brasileiro, como prevê os autores que utilizam o Ciclo de Jespersen como explicação para as referidas estratégias (SCHWEGLER, 1991; FURTADO DA CUNHA, 1996).

⁴² Todas os trechos encontram-se em Seixas (2013), na seção *Anexo*.

⁴³ Para Teixeira de Sousa (2012) a principal restrição em relação à ocorrência da estrutura [NãoVNão] está em contextos narrativos, em que não há proposição, mas a sucessão de eventos, e em encaixadas temporais em que o Tempo Referencial está vinculado ao tempo da oração matriz.

Assim, vamos lançar mão das colocações de Schwenter (2005), que afirma que cabe à NEG2 ([NãoVNão]) a marcação do que é *velho no discurso* (explicitamente ativado ou inferível no discurso através de um gesto) e não apenas velho para os interlocutores.

Cabe destacar que, dentre o total de estruturas analisadas (32) juntamente com os seus respectivos contextos discursivos, 22 delas apresentaram a pressuposição como informação dada no contexto discursivo, como prevê Schwenter (2005). Dentre estas 22 estruturas que apresentam informação dada (1 na 1ª metade do século XVIII, 8 na 1ª metade do século XIX e 13 na 2ª metade do século XIX), encaixam-se as que foram apresentadas nos trechos (I e II) evidenciados anteriormente.

As outras 10 sentenças (6 na 1ª metade do século XIX e 4 na 2ª metade do século XIX), diferentemente das estruturas [NãoVNão] que negaram uma informação dada no contexto discursivo, negaram uma informação que não está dada no discurso, ou seja, ela é *informação nova* (TEIXEIRA DE SOUSA, 2012) ou está implícita para os interlocutores ou para os leitores (PEREIRA, 2011).

Teixeira de Sousa (2012, p. 98), diferentemente de Schwenter (2005), posiciona-se quanto à possibilidade da informação negada ser nova no discurso. Para a autora, a estrutura [NãoVNão] pode ocorrer em contextos onde informação nova é veiculada, ou seja, não necessariamente tem que ser dada anteriormente no discurso, como pode ser observado no exemplo abaixo:

(49) A: Tentei te ligar ontem, mas você não atendeu.

B: Meu celular *não* tá funcionando *não*.

(Ex.: (46) de TEIXEIRA DE SOUSA, 2012, p.98)

A seguir, tem-se um trecho encontrado no *corpus* do presente trabalho, que apresenta a negação de uma informação que não

está dada anteriormente no discurso, acompanhado da sua respectiva análise:

(III) As desgraças de uma criança, Martins Pena (1846)

Abel – (ESPIANDO) Estou só com ela. A Rita vai-se deitar, porém o mais prudente é voltar quando ela estiver dormindo. Não quisera que minha filha, por coisa nenhuma deste mundo, suspei(tasse) de meu amor por esta feiticeira ama. (CHEGANDO-SE PARA A CAMA DE MADALENA) Como dorme! Que tranqüilidade! Como respira docemente! Parece que seu hálito embalsama este aposento! Ah, que se não fosse minha filha, casava-me contigo.... (CHAMANDO-A DEVAGAR) Madalena? Madal(en)inha? (SACUDINDO) Meu anjinho.... (PACÍFICO FAZ QUE ESPREGUIÇA-SE E DÁ COM A MÃO NA CARA DE ABEL) Ai, ladrãozinho, que me bateste! *Mas pancadas de amor não matam, não...*

O trecho evidenciado acima apresenta uma cena que faz parte da peça *As desgraças de uma criança*. Nesta cena há três personagens, quais sejam, Abel, Madalena e Pacífico. Assim, a cena se inicia com Abel espiando Madalena. Pacífico vê o ocorrido, finge que está se espreguiçando e bate com a mão no rosto de Abel, para que ele pare de espiar Madalena. Em seguida, Abel diz: “*Ai, ladrãozinho que me bateste! Mas pancadas de amor não matam, não*”.

Pressupõe-se, portanto, que Abel não gostou de ter levado um tapa de Pacífico, uma vez que, normalmente, as pessoas não gostam de apanhar. No entanto, Abel denega esta pressuposição ao proferir um provérbio (que é informação compartilhada como conhecimento de mundo (*common ground* – conforme STALNAKER, 1978) no formato de uma estrutura [NãoVNão]. O provérbio original é “*Pancada de amor não dói*”, que se refere ao fato de que apanhar de alguém que você ama é para ser relevado. Desse modo, a sentença “*Mas pancadas de amor não matam, não*” denega a pressuposição, a de que as pessoas, normalmente, não gostam de apanhar, e, portanto, é uma negação pressuposicional. No segundo passo da análise, o provérbio “*Pancada de amor não dói*” é *informação nova*, uma vez que não foi elemento dado anterior-

mente no contexto discursivo, apesar de ser compartilhada pelos interlocutores como conhecimento de mundo.

Assim, após analisar todas as ocorrências de estruturas [NãoVNão] na língua portuguesa do Brasil dos séculos XVIII e XIX e os seus respectivos contextos discursivos, foi verificado que, quanto às restrições semântico-pragmáticas para a realização da estrutura [NãoVNão], as 32 estruturas analisadas denegam ou contrariam uma pressuposição. Portanto, o fato de todas as estruturas neste trabalho serem marcadores de negação pressuposicional corrobora hipótese sobre a origem da [NãoVNão], proposta por Biberauer e Cyrino (2009).

É importante mencionar que Biberauer e Cyrino (2009) não se posicionam quanto ao fato de a pressuposição ser informação velha, dada/evidenciada anteriormente no contexto discursivo, ou ser informação nova, implícita como um conhecimento de mundo compartilhado (*common ground*, segundo Stalnaker, 1978) ou informação inferível para os interlocutores ou leitores a partir do contexto.

Tendo em vista que a nossa análise das estruturas [NãoVNão] da língua portuguesa do Brasil corrobora hipótese proposta por Biberauer e Cyrino (2009) sobre a origem da [NãoVNão], buscou-se verificar, também, a título de complementação do nosso estudo, se algumas estruturas [NãoVNão] presentes em textos do português brasileiro atual são também pressuposicionais. É importante observar que todos os exemplos da estrutura [NãoVNão] encontrados no português brasileiro atual foram, também, negativas pressuposicionais.

No entanto, Lima (2010, p. 26) apresenta um exemplo que se configura contrário à hipótese da estrutura [NãoVNão] ser pressuposicional:

F: Não gostava de livro de história infantil. Sempre achava muito tolo. Mas [gostava] - gostava de ler gibi. Eu adorava. Tinha um monte. Vivia lendo isso.

E: Quais eram os tipos de gibi?

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

F: Ah, tipo Mônica, Pantera Cor de Rosa, adorava esses filmes tudo. Filminho de televisão da (falando rindo) Pantera Cor de Rosa, amava, como e continuo amando até hoje. Adoro. (risos) Mônica, Cebolinha, ah, essas estorinhas, assim, bem bobinhas: Pato Donald. Queria falar igual ao Pato Donald. (risos geral) (falando rindo) Queria imitar ele falando, mas não dava certo.

E: Nunca conseguiu?

F: Nunca consegui. Não tinha jeito. Aí ficava frustrada. (risos geral) É, coisas assim, né? *Mas de livro, livro não gostava não.*

(Ex.: (40) de LIMA, 2010, p.26)

Conforme Lima (2010, p. 26), a sentença marcada em **negrito** no trecho acima é um caso de estrutura [NãoVNão] não pressuposicional. Uma vez que a interlocutora (F) já havia esclarecido que não gostava de livros de história infantil, a interlocutora (E) não poderia ter a crença que a interlocutora (F) gostava de ler esse tipo de livro. Assim, quando a interlocutora (F) utiliza a estrutura [NãoVNão], ela não está sinalizando uma contradição a uma crença da interlocutora (E).

Cabe ressaltar que Lima (2010) apresenta somente um exemplo de [NãoVNão] não pressuposicional, mas a mesma afirma que, no corpus utilizado, muitas outras sentenças [NãoVNão] não pressuposicionais foram identificadas por ela. Desse modo, verifica-se que o exemplo apresentado por Lima (2010) contradiz hipótese de Biberauer e Cyrino (2009), a de que estruturas [NãoVNão] sejam marcadores de negação pressuposicional.

Por outro lado, se for considerado que Biberauer e Cyrino (2009, p.11) afirmam no mesmo trabalho que *não₂* está integrado a uma estrutura que “necessariamente envolve polaridade enfática (natural em negação enfática e em contextos pressuposicionais)”, é possível fazermos outra interpretação, qual seja, a de que a estrutura [NãoVNão] não é obrigatoriamente negação pressuposicional.

Teixeira de Sousa (2012, p.68) já havia se atentado para tal fato, pois afirma que, para as referidas autoras, [NãoVNão] não é marcador obrigatório de negação pressuposicional, assim como a [VNão] o é. Por esse motivo, ressaltamos que o uso da palavra

“natural”, portanto, possibilita esta dupla interpretação e não deixa exatamente claro o posicionamento das autoras.

Como todas as estruturas [NãoVNão] encontradas nos *corpora* dos séculos XVIII e XIX eram pressuposicionais e é possível no português brasileiro atual encontrar [NãoVNão] não pressuposicional (Ex.: (40) de Lima, 2010, p. 26), pode-se pensar na hipótese de, em um primeiro momento na língua portuguesa do Brasil, a referida estrutura ter surgido como efeito discursivo. Esse efeito permitia que as duas partículas negativas não fossem realizadas em posições bem distantes na estrutura frasal, estando o primeiro não muitas vezes na oração principal e o segundo depois de duas orações subordinadas. Além disso, era comum o uso do ponto e vírgula, que parece indicar que, nesse primeiro momento, este pontema teria sido usado com efeito retórico, para denotar uma pausa ainda maior do que a da vírgula, além de quebrar a unidade sintática da estrutura oracional.

Com o passar do tempo, essa distância foi diminuindo e, na 2ª metade do século XIX, já se observam estruturas frasais curtas contendo as duas partículas não (como em (48) “É mentira, não vou não” – Obra literária, 1899). Assim, é possível que, ao longo do tempo, esse caráter pressuposicional obrigatório da estrutura [NãoVNão] tenha deixado de ser obrigatório e, com isso, esta estratégia de negação tenha deixado de estar relacionada a questões discursivas.

5. Considerações finais

O objetivo geral deste trabalho foi descrever as realizações das estruturas negativas sentenciais na língua portuguesa do Brasil em textos dos séculos XVIII e XIX e, de uma forma mais específica, procurou-se caracterizar apenas a negativa [NãoVNão], tida como forma inovadora no português brasileiro atual.

Nesse quadro, retomando o primeiro questionamento previamente formulado, qual seja, “Que estruturas negativas sentenciais ocorreram nos textos dos séculos XVIII e XIX?”, podemos dizer

que foram identificadas as seguintes estruturas negativas senten-
ciais nos séculos XVIII e XIX: [NãoV], [NãoVNão], [VNão],
[NegVNeg], [AdvV], [QuantV], [NemV], [SemV], [Não+Elipse],
[Nem+Elipse] e [QuantNV]. É importante destacar que foram en-
contradas na amostra selecionada as estruturas negativas
[NãoVNão] e [VNão], tidas como formas inovadoras no português
brasileiro.

Tendo em vista que o foco da pesquisa foi a estrutura
[NãoVNão] e que os dados obtidos através da análise em tempo
real demonstraram que esta estrutura ocorreu nos séculos XVIII e
XIX, é possível, responder, então, ao segundo questionamento:
“Quando ocorre a implementação da construção [NãoVNão] e
como se dá a sua transição na língua portuguesa do Brasil?” As-
sim, no que diz respeito à implementação, o fato de, a partir da 1ª
metade do século XVIII, a escrita já apresentar a variante tida co-
mo inovadora [NãoVNão], constitui uma indicação de que ela já
estava implementada na língua, fazia parte do Português Coloquial
e, quem sabe, já era sentida como uma marca do Português do
Brasil.

Além disso, verificamos que, em 7 sentenças que continham
a estrutura [NãoVNão], ao invés da vírgula, usou-se, também, o
ponto e vírgula. Com base nos trabalhos sobre pontuação investi-
gados, de uma maneira geral, foi verificado que o ponto e vírgula,
no que diz respeito à orientação que a escrita dava para a leitura,
denotava uma pausa maior do que a vírgula e menor do que o pon-
to final (ROSA, 1994; GONÇALVES, 2003). No âmbito sintático,
além do uso do ponto e vírgula demonstrar que havia uma ligação
entre as orações, ele dependia da existência de unidades de sentido
mais ou menos extensas, visto que ocorria, no século XVIII, em
alternância com o pontema dois pontos apenas em frases ou perí-
odos mais longos (GONÇALVES, 2003). Esse fato talvez expli-
que/justifique o uso desse tipo de pontuação em negativas
[NãoVNão] mais extensas, em um período mais antigo de tempo.

Também, observamos que as estruturas [NãoVNão] que
apresentavam os dois *nãos* em posições distantes um do outro, fo-

ram encontradas no século XVIII e na 1ª metade do século XIX (sendo apenas um dado encontrado na 2ª metade do século XIX – cf. exemplo (153)). Tal fato nos faz suspeitar que a estrutura [NãoVNão] apresenta mudanças em sua configuração: i) primeiramente (no século XVIII e na 1ª metade do século XIX) a estrutura apresentava os dois não com uma certa distância um do outro, distribuídos em orações mais longas e complexas; ii) posteriormente, na 2ª metade do século XIX, no entanto, as estruturas [NãoVNão] apresentavam-se de forma diferenciada das anteriormente mencionadas, isto é, tinham a estrutura mais simples e os dois itens não encontravam-se próximos.

A partir da explicitação evidenciada acima, podemos verificar, portanto, que havia uma articulação da pontuação com a organização discursiva e sintática da sentença. Desse modo, o uso do ponto e vírgula em sentenças longas parece indicar que, em um primeiro momento, este pontema surgiu como um efeito retórico, para denotar uma pausa ainda mais longa do que a da vírgula. Portanto, com relação à transição, a partir das observações expostas anteriormente e da análise do uso do ponto e vírgula nos séculos XVIII e XIX, a hipótese para a transição da estrutura [NãoVNão] formulada pelo presente trabalho foi a seguinte: O uso do ponto e vírgula indica que havia uma pausa ainda maior do que a da vírgula separando o segundo não, quando da implementação desta estrutura. Apesar de terem sido encontradas somente 7 sentenças com o ponto e vírgula, estas parecem corroborar a hipótese do segundo item *não* não fazer parte da estrutura frasal e, posteriormente, ter sido gramaticalizado (conforme descrito por Alkmim, 2001).

Nesse quadro, a hipótese proposta pelo presente trabalho descreve o percurso da mudança linguística (da [NãoV] para a [NãoVNão]) em três etapas: 1) um primeiro momento em que o segundo não era separado da estrutura oracional por um ponto e vírgula; 2) no segundo momento, havia o uso da vírgula para separar o segundo não da estrutura oracional; e 3) por fim, houve a queda da vírgula. Ou seja, acrescenta uma etapa anterior às etapas já descritas por Alkmim (2001).

Com relação à investigação da origem da estrutura [NãoVNão], quanto às restrições semântico-pragmáticas para a realização da mesma, as 32 ocorrências analisadas são marcadores de negação pressuposicional, o que corrobora hipótese proposta por Biberauer e Cyrino (2009). Além disso, foi testada, também, a hipótese de Schwenter (2005), que aponta uma propriedade semântico-discursiva para diferenciar as estratégias de negação [NãoV] e [NãoVNão], qual seja, cabe à NEG2 a marcação do que é velho no discurso e não apenas velho para os interlocutores. Assim, dentre o total das 32 ocorrências da [NãoVNão], 22 apresentaram a pressuposição como informação dada no contexto discursivo, como propõe Schwenter (2005). Portanto, concluímos, como Teixeira de Sousa (2012) e Pereira (2011), que a estrutura [NãoVNão] pode ocorrer em contextos onde a informação nova é veiculada.

Assim, de acordo com os resultados que os dados dos séculos XVIII e XIX nos mostraram, é possível que, ao longo do tempo, o caráter pressuposicional obrigatório da estrutura [NãoVNão] tenha deixado de ser obrigatório e, com isso, esta estratégia de negação deixou de estar relacionada a questões discursivas no português brasileiro atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, M. G. R. de. *As negativas sentenciais no dialeto mineiro: uma abordagem variacionista*. Belo Horizonte, 2001. 260f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Belo Horizonte: Faculdade de Letras/Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

BAXTER, A. M. O português vernáculo do Brasil. In: _____. *América Negra: panorâmica actual de los estúdios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesa y criollas*. Frankfurt: Vervuert, 1998. p.72-137.

_____; LUCHESSI, D. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da Língua Portuguesa no Brasil.

In: *Estudos Linguísticos e Literários*, nº 19, Universidade da Bahia, 1997. p. 65-83.

BERNINI, G; RAMAT, P. *Negative Sentences in the Languages of Europe: a typological approach*, 1977. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1996.

BIBERAUER, T.; CYRINO, S. Appearances are deceptive: Jespersen's cycle from the perspective of the Romania Nova and Romance based Creoles. In: *Going Romance*, 23. Nice, 2009a. 19 p. (handout).

BRAGA, T. *Historia da Litteratura Portugueza: a baixa comedia no seculo XVIII*. Porto: Imprensa Portugueza Editora, 1871. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=jLwQAAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 10 de dez. 2011.

CAMARGOS, M. L. *Análise variacionista de negativas sentençiais no dialeto mineiro*. Comunicação apresentada no XXVII GEL, S. J. Rio Preto, 1998.

CARNEIRO, N. *Lições de português*. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1957.

CASAGRANDE, J. L. C. *Introdução ao estudo da negação em português arcaico*. 1973. Tese (Doutorado). – FFCL/UNESP, São José do Rio Preto.

CASTILHO, J. M. T. de. *Collecção de varios escritos politicos e litterarios de Alexandre de Gusmão*. Porto: Typografia de Farias Guimarães, 1841. In: University of California [online]. Disponível em <http://ia700507.us.archive.org/26/items/collecodevar00gusm/collecodevar00gusm.pdf>>. Acesso em: 07-12-2011.

CHAVES, E. *Implementação do pronome você: a contribuição das pistas gráficas*. Belo Horizonte, 2006. 273f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

_____; ALKMIM, M. *Variação e Mudança em estruturas negativas*: cartas pessoais do século XIX e primeira metade do século XX. In: Glauks (UFV), v. 5, p. 81-93, 2005.

_____; MOREIRA, J. *Um Estudo da Implementação de Mudanças Sintáticas no Português Brasileiro*: a análise de dados escritos. In: Caligrama. v. 17. n. 2, 2012.

DOM CASMURRO. *Número especial de natal de 1945 – Tricentenário do “Illustre Théâtre” de Molière*. Edição do Serviço Nacional de Teatro, 1945. n.12 (Jornal Literário).

DONADZE, N. Quelques remarques concernant les constructions négatives dans le langue romanes. *Quaderni di Semantica* 2, p. 297-301, 1981.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal. In: MARTELOTTA, VOTRE & CEZÁRIO (Orgs.) *Gramaticalização no português do Brasil*: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 167-189.

GIVÓN, T. *Syntax: A functional-typological introduction*, vol. I. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

GONÇALVES, F. M. R. *Negação frásica em português: caracterização sintática com referência ao processo de aquisição*. Lisboa, 1994. 349f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Lisboa, 1994.

GONÇALVES, M. F. *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

HOLM, J. *Pidgins and Creoles*, vol. I e II. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

HORN, L. *A Natural History of Negation*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

ILARI, R. et al. Considerações sobre a posição do advérbio. In: CASTILHO, A. T. de. (Org.) *Gramática do português falado*. São Paulo: Unicamp, 1991, p. 63-141.

KAMP, H; REYLE, U. *From discourse to logic: Introduction to a Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer, 1993.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Internal Factors. Oxford: Blackwell, 1994.

_____. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAKA, I. *Negations in Syntax: on the nature of functional categories and projections*. Ph. D. Dissertation. Massachusetts Institute of Technology, 1990.

LIMA, L. S. *A negação sentencial: uma abordagem pragmática*. Porto Alegre, 2010. 36f. Monografia (Bacharelado em Estudos Linguísticos). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MARTINS, A. *Clíticos na história do português*. Lisboa, 1994. 550f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994.

MIOTO, C. *Negação sentencial no português brasileiro e a teoria da gramática*. Campinas, 1991. 238f. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas, Unicamp, 1991.

NAMIUTI, C. *Interpolação, colocação de clíticos e mudança gramatical na história do português europeu*. Campinas, 2008. 315f. Tese (Doutorado em Linguística). Unicamp, 2008.

NUNES, J. J. *Gramática histórica do português*. 3. ed. Lisboa: Clássica, 1945.

PEREIRA, B. *A sintaxe cartográfica de 'lá' no português brasileiro: um estudo da periferia esquerda*. Belo horizonte, 2011. 256f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Belo Horizonte: UFMG, 2011.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

PEREIRA DA SILVA, V. L. *Cartas cariocas. A variação do sujeito na escrita informal*. 1998. Tese (Doutorado em Linguística). UFRJ, Rio de Janeiro.

PESCARINI, D. Presuppositional negation, modality, and the {addressee}. *Padua Working Papers in Linguistics*, n. 3. p. 22-28.

POLETTI, C. On negation splitting and doubling. In: Norms Workshop on Negation. Oslo, 2008. 16 p. (handout)

POLLOCK, J. Verb movement, universal Grammar, and the structure of IP. In: _____. *Linguistic Inquire*, 1989, p. 365-424.

PRETI, D. *Sociolinguística: os níveis de fala (um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira)*. 9. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

RAMOS, J. *A alternância entre “não” e “num” no dialeto mineiro: um caso de mudança linguística*. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

RONCARATI, C. N. *A negação no português falado*. Macedo, A. T. et al. (Orgs.). In: _____. *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 97-112, 1996.

ROSA, M. C. *Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas*. 1994. Tese (Doutorado em Linguística). – UFRJ/Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 1994.

SALLES FILHO, A. *A negação em Vila dos Confins*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

SCHWEGLER, A. *Predicate Negation in contemporary Brazilian Portuguese: a change in progress*. Orbis, 1991.

_____. Predicate Negation and Word-Order Change – A Problem of Multiple Causation. *Lingua*, n. 61, p. 297-334, 1983.

SCHWENTER, S. *The pragmatics of negation in Brazilian Portuguese*. *Lingua*, n. 115, p. 1427-1456, 2005.

SEIXAS, V. C. *A negação sentencial em textos dos séculos XVIII e XIX: estrutura inovadora em foco*. 2013. 151f. Dissertação (Mes-

trado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana.

STALNAKER, R. Assertion. In.: COLE, P. (Ed.). *Pragmatics: Syntax and Semantics*, vol. 9. New York: Academic Press, 1978.

TEIXEIRA DE SOUSA, L. *Sintaxe e interpretação de negativas sentenciais no português brasileiro*. 2012. 257f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TRINDADE, R. *Velhos troncos mineiros*, vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1955.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968, p. 97-189.

ZANUTTINI, R. *Negation and verb movement*. In: HAEGEMAN, L. (ed.). *The new comparative syntax*. New York: Addison-Wesley, Longman, 1997.